

SESSÕES DO PLENÁRIO

65ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 12 de agosto de 2009.

PRESIDENTE: DEP. GETÚLIO UBIRATAN *AD HOC*

À hora regimental verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Adolfo Menezes, Ângela Sousa, Antônia Pedrosa, Arthur Maia, Bira Corôa, Capitão Tadeu, Carlos Ubaldino, Clóvis Ferraz, Edson Pimenta, Eliana Boaventura, Eliedson Ferreira, Elmar Nascimento, Emério Resedá, Euclides Fernandes, Fábio Santana, Fernando Torres, Ferreira Ottomar, Gaban, Getúlio Ubiratan, Gilberto Brito, Gildásio Penedo Filho, Heraldo Rocha, Isaac Cunha, Ivo de Assis, J. Carlos, Javier Alfaya, João Bonfim, João Carlos Bacelar, José Nunes, Júnior Magalhães, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiz de Deus, Marcelo Nilo, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Marizete Pereira, Misael Neto, Nelson Leal, Neusa Cadore, Paulo Azi, Paulo Câmera, Paulo Rangel, Pedro Alcântara, Prof. Valdeci, Reinaldo Braga, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Sandro Régis, Sérgio Passos, Virgínia Hagge, Yulo Oiticica e Zé Neto. (55)

O Sr. PRESIDENTE (Getúlio Ubiratan):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão desta quarta-feira.

(O Sr. Presidente procede à leitura do expediente.)

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Getúlio Ubiratan):- Pequeno Expediente.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, o deputado Sandro Régis, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos da *TV Assembleia*, Galerias Paulo Jackson, subo a esta tribuna hoje, deputado João Carlos Bacelar, primeiro, para registrar a minha tristeza e dizer, mais uma vez, que quem

perde com a intransigência do governo do PT é a sociedade baiana. Ontem, Salvador foi vítima de arrastões no Itaigara, no Iguatemi, enquanto o governo em nota oficial comunicava à sociedade baiana que a greve tinha terminado. Hoje, pela manhã, alguns policiais estiveram na Assembleia reafirmando que a greve não terminou.

Eu faço, aqui, um apelo ao governo do Estado para que deixe a preocupação de ir à televisão, de querer manipular a imprensa, e chame realmente a categoria para conversar.

Temos informação de que hoje haverá uma assembleia às 15 horas para definir se haverá ou não o término da greve. Aqui fazemos um apelo à Polícia Militar para que continue a sua luta digna e referendada pelos seus serviços prestados à sociedade. Mas que voltem às ruas para que a população não sofra com mais insegurança do que está sofrendo.

Ontem, Salvador passou uma noite difícil com arrastões, assaltos. E os comandantes e a comunicação oficial do governo Jaques Wagner anunciavam o término da greve.

Essa é a política, essa é a forma de o governo do PT administrar o nosso Estado. Eles ainda usam o método que usaram na campanha eleitoral. O método da mentira, da enganação, pensando que irão continuar iludindo a população baiana e a sociedade.

O governo deveria descer do palanque e encarar os seus problemas. Encarar as dificuldades que seu governo enfrenta para administrar o nosso Estado. Gastar menos com propagandas enganosas e mentirosas e dedicar mais tempo, mais energia, mais ação para resolver os problemas do nosso Estado.

Assim, espero que realmente se chegue hoje na assembleia que ocorrerá às 15 horas, para que a sociedade baiana, mais uma vez, não sofra, deputado Heraldo Rocha, por causa do desmando, da falta de sensibilidade, da arrogância e prepotência do governo e dos que administram o nosso Estado.

Faço um apelo aos policiais para retornem às suas atividades, às ruas a fim promover a segurança que a nossa Cidade e o nosso Estado precisam e que não aconteça nessa noite o que aconteceu a noite passada: arrastões, saques, assaltos à sociedade e a famílias, às pessoas de bem do nosso Estado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Getúlio Ubiratan):- Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, o nosso querido deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente, deputada Marizete, Srs. Deputados, ontem a Polícia Civil apresentou à sociedade Gilvan Cleucio de Assis, acusado de ter assassinado a médica paulista Rita de Cássia Tavares Giacon Martinez, após sequestrá-la, com a filha de um ano, na saída de um *shopping* de Salvador.

Quero parabenizar o Sr. Secretário da Segurança e o delegado-chefe pela elucidação do crime. O mais cruel, nesta história, é que ela poderia ter sido evitada, se não fosse a benevolência da Justiça e a falta de análise do perfil psicológico do criminoso, cumpria pena, desde 2002, na Colônia Penal Lafaiete Coutinho e recebeu

indulto do Dia dos Pais, ou seja, um dia antes de cometer o crime a Justiça baiana liberou o assassino, que deveria estar retornando à cadeia, hoje, se já não tivesse sido preso pelo assassinato da médica.

O mais escandaloso e chocante neste caso é que o acusado estava preso por estupro e atentado ao pudor. Vou fazer minhas as palavras do secretário da Segurança Pública, que contesta como é que um estuprador e assaltante, condenado pela Justiça e considerado um maníaco sexual pela polícia e com um perfil conhecido, consegue o indulto para passar um feriado fora da prisão.

Pergunto, deputado Gilberto Brito: como estará, neste momento, a consciência do juiz que concedeu o alvará de soltura a esse criminoso? Que tipo de avaliação psicológica ou psiquiátrica é feita nesses bandidos com perfil psicótico conhecido para que sejam reintegrados à sociedade? A quem cabe a responsabilidade da morte de uma médica, profissional exemplar, mãe dedicada, já que a responsabilidade do criminoso é Estado? Cabe questionar que tipo de avaliação é feita nesses presos antes de eles serem reinseridos à sociedade.

Não estamos contestando a capacidade de recuperação do ser humano ser recuperado, ser ressocializado, mas as avaliações dessas pessoas devem ser criteriosas, para que seja possível saber se elas têm condições de receber a liberdade sem a possibilidade de voltar a delinquir.

Tenho feito críticas tremendas à condução da Segurança Pública, mostrando a onda de violência que se abateu sobre o Estado da Bahia. Entretanto, no momento tenho que parabenizar o secretário da Segurança Pública e o delegado chefe por terem elucidado esse crime. Ao dizer isso, peço à nobre desembargadora Sílvia Zarif, presidente do Tribunal, que mande apurar em que circunstâncias esse criminoso recebeu o indulto.

Questionamos sempre o porquê de a Polícia Civil baiana ser a que menos elucida crimes no Brasil. Mas o que adianta ela prender, se o Judiciário, benevolente, burocratizado e bolorento, solta um criminoso dessa ordem para tirar a vida de uma cidadã, de uma mãe de família exemplar?

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Getúlio Ubiratan):- Com a palavra o deputado Sérgio Passos pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. SÉRGIO PASSOS:- Sr. Presidente, deputado Getúlio, Srs. Deputados, presentes às Galerias, população em geral, é com satisfação que volto a esta tribuna para relatar minhas andanças pelo interior da Bahia. Infelizmente, não estou aqui para expressar um posicionamento de alegria, que possamos nos regozijar, em relação à cultura baiana. Por quê?

Porque as queixas em relação ao que foi feito com a Casa das Filarmônicas se avolumam. Pelas informações que tivemos do pessoal das filarmônicas de Jacobina, Paratinga, Senhor do Bonfim, Muritiba, Feira de Santana e São Gonçalo, o governo do Estado da Bahia, através da Secretaria da Cultura, extinguiu essa entidade, a Casa

das Filarmônicas, que funcionava como um aglutinador das ações dessa tradição estadual.

As nossas filarmônicas vêm do início do século passado, sempre animando, de forma brilhante, não só os festejos do interior como também as solenidades oficiais. Por outro lado, iniciavam os jovens na vida musical. Essa Casa das Filarmônicas servia como elo entre as entidades oficiais e privadas de cunho cultural. Ela não somente repassava instrumentos musicais como também promovia disputa de bandas e filarmônicas em eventos festivos no interior, motivando a musicalidade daqueles que gostam e querem fazer a vida mais bonita.

Infelizmente, a notícia que temos é que o governo extinguiu essa entidade sem criar algo para substituí-la. Sentem-se órfãos todos aqueles que fazem a busca do tradicional, sentem-se órfãos todos aqueles que gostam da música de coreto. E nós, governo do Estado da Bahia, precisamos voltar o nosso olhar e as nossas ações para essa atividade musical no interior.

Tenho a esperança de que o Sr. Secretário de Cultura, Dr. Márcio Meireles, reveja esse ato e, através de alguma outra ação de governo, possa reavivar, reacender a chama de funcionamento das filarmônicas no interior.

Nós baianos não podemos deixar que essa tradição acabe. Não temos o direito de fazer com que mais um evento cultural, mais uma tradição deixe de existir. As bandas de pífano praticamente não existem; as mulas-sem-cabeça; o boi-bumbá, infelizmente são tradições culturais que deixaram de existir no interior da Bahia por falta de apoio oficial e por falta até de conhecimento da existência dessas atividades culturais.

Hoje a filarmônica que ainda sobrevive como elo entre a sociedade musical e a população em geral sente-se desprotegida, desestimulada pela falta de apoio oficial aqui no Estado da Bahia. Sabemos que o Ministério da Cultura também durante algum tempo chegou a fomentar, a apoiar, através de doação de instrumentos, as bandas filarmônicas do interior da Bahia.

As prefeituras também devem fazer esse tipo de apoio. Mas é fundamental que a Secretaria da Cultura do Estado da Bahia como elo maior, como ente maior no estímulo das tradições culturais da Bahia, volte as atenções para as nossas filarmônicas. Temos que manter a tradição, temos que reviver essas festas do interior e os grandes festivais em toda a nossa Bahia que era um grande movimento em cada município onde acontecia.

Estas são as minhas palavras, este é o meu apelo ao secretário e ao governo do governador Jaques Wagner.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Getúlio Ubiratan):- Muito obrigado, deputado Sérgio Passos.

Com a palavra o nosso querido deputado Gildásio Penedo, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as}

Deputadas, imprensa presente e galerias, quero, por dever de consciência e de justiça, nós que somos críticos duros da política de segurança do governo Jaques Wagner, mas num momento como este, deputado João Carlos Bacelar, inclusive fazendo coro ao seu pronunciamento, destacar o papel da Polícia Civil, deputado Gilberto Brito, nesse crime bárbaro que aconteceu na última semana na nossa capital.

Quero aqui, por dever de justiça, fazer essa referência a toda a Polícia Civil na pessoa do Dr. Joselito Bispo, e tive ontem a atenção de presenciar todo o desmembramento da polícia investigativa em relação a esse quadro lamentável que chocou a Bahia e todo o Brasil. Um crime frio, calculado, deputado Getúlio Ubiratan, de um sujeito que havia sido liberado há poucos dias por força de um indulto para passar o Dia dos Pais e cometeu uma brutalidade sem precedentes, mostrando a frieza e a brutalidade do criminoso que, infelizmente, culminou com a morte de uma jovem médica, deixando família, inclusive com a presença da sua filha naquele ato.

Portanto, por toda essa operação, quero aqui, de certa maneira, parabenizar o papel da polícia baiana, de modo especial nesse caso, na figura do delegado-chefe, Dr. Joselito Bispo, que conduziu essa apuração que acabou culminando com a prisão do sujeito no dia de ontem. Digo isso porque somos sempre, deputado Getúlio Ubiratan, críticos dessa mesma polícia.

Por outro lado, temos um caso ainda que chama a atenção, que despertou também com a mesma intensidade uma solução que foi a morte do ex-deputado Maurício Cotrim, no Extremo Sul da Bahia. V.Ex^a, deputado Getúlio Ubiratan, já de há muito vem cobrando uma ação enérgica, mas que, infelizmente, não se teve ainda o mesmo sucesso e a mesma dedicação na apuração desse crime bárbaro que também chocou a região do Extremo Sul, com todas as evidências, com todas as situações que foram elencadas mas que, infelizmente, não se chegou ainda a um resultado a bom termo deixando uma sensação de falência da polícia em relação àquele episódio. Nós esperamos que possa ser solucionado o mais breve possível, dando de fato tranquilidade aos seus familiares, aos seus representantes, principalmente à população do Extremo Sul que aguarda há mais de um ano a elucidação desse crime bárbaro que chocou a população e que envolveu um ex-parlamentar, o deputado Maurício Cotrim; crime que foi aqui denunciado em vários momentos, com força e ênfase, pelo deputado Getúlio Ubiratan que, em determinados momentos, chegou até a estar na iminência de sofrer atentados, mas não faltou com o seu compromisso com a sua região, porque sabe da necessidade de esclarecimentos devidos e urgentes sobre aquela situação.

Assim, também, deputado Gilberto Brito, é importante que as lideranças do governo e da Polícia Militar possam efetivamente esclarecer à sociedade baiana, deputado Heraldo Rocha, como estão as negociações envolvendo esse movimento chamado “Polícia Legal”, em relação à paralisação das atividades da Polícia Militar do nosso Estado. Desde ontem acompanhamos atentamente. A Oposição sempre, em todo esse episódio, teve uma postura responsável, serena, equilibrada, procurando intermediar e desejando um encontro feliz das partes, sem, em nenhum momento, faltar com a responsabilidade, no que que tange a incentivar, a estimular essa

paralisação, embora reconhecendo como legítimas as pretensões da corporação da Polícia Militar do Estado da Bahia, que já de algum tempo vem provocando o governo no intuito de encontrar soluções para as suas demandas.

O problema da Segurança Pública é sério, até porque há um desencontro total de informações entre as suas principais lideranças, associações e o próprio corpo diretivo da Polícia Militar, no que tange, efetivamente, ao encerramento dessa paralisação, já que há dúvidas, deputado Heraldo Rocha, deixando a população baiana nessa ansiedade, nessa preocupação constante. Ontem, lamentavelmente, tivemos dois episódios de arrastões em Itaigara e em Amaralina, e, efetivamente, se não houver uma definição clara, autêntica por parte da Polícia Militar, a população fica, neste momento, em polvorosa, numa situação lamentável. Esperamos que a Polícia Militar possa encontrar um bom termo, que o governo possa assumir seus compromissos e devolver à sociedade baiana a tranquilidade que, já de algum tempo, mesmo com a estrutura funcionando em sua plenitude, já não vem satisfazendo as demandas.

Por fim, apelar mais uma vez para o corpo diretivo do governo do Estado, para a Polícia Civil, tendo em vista a necessidade premente da convocação de cerca de mil escrivães e agentes da Polícia Militar que vêm peregrinando por esta Casa e pelos rincões da Bahia a cobrar uma solução do governo do Estado, no que toca à efetivação, já que foram aprovados em concurso público, realizaram seus cursos devidos, afastaram-se de suas atividades iniciais e estão aguardando o compromisso do governo do Estado na contratação, pois são cerca de mil agentes que darão mais tranquilidade à sociedade baiana.

Este é o apelo e registro que faço, Sr. Presidente.

Muito obrigado pela tolerância de V.Ex^a.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Getúlio Ubiratan):- Com a palavra pelo tempo de 5 minutos nosso querido deputado Gilberto Brito.

O Sr. GILBERTO BRITO:- Meu caro presidente Getúlio Ubiratan, prezados colegas deputados, pessoas presentes nas galerias, imprensa, ontem à tarde encontrava-me no gabinete do deputado Gildásio Penedo, vizinho, colega, e lá por um dos blogs tomamos conhecimento de que a Polícia Civil elucidara o cruel homicídio perpetrado na semana anterior, até então por alguém de identidade ignorada, que teve como vítima uma médica, junto a ela sua filha que assistia a tudo inocentemente. De pronto liguei para o Dr. Joselito Bispo, delegado-chefe da Polícia Civil, e perdi-lhe permissão para colocar a nossa conversa no viva-voz do telefone celular, e o deputado Gildásio Penedo também ouviu a narrativa de como foi desvendado esse crime que chocou a Bahia e o Brasil.

Quero dizer a todos que incontestemente a polícia contou com um instrumento importante para a elucidação dos fatos: o sistema interno de filmagem do *Shopping Center* e também das garagens. A partir do momento em que o caso aconteceu, o crime foi consumado, é evidente que a família procurou a polícia e esta também

procurou a família para buscar os últimos passos da vítima. Constatando que ela estivera, por último, andando pelo *Shopping Center*, foram buscar nas filmagens. E, entre as inúmeras feitas, no circuito todo a crueldade maior foi no momento exato em que a mãe estava colocando a filha de um ano na cadeira, no banco traseiro do carro, e o delinquente, o marginal chegou, tirou dali a mãe, colocou-a no interior do veículo e saiu dirigindo.

Até que nível poderemos chegar na maldade e crueldade do ser humano? O deputado Heraldo Rocha aqui me pergunta: “Como matou?” Deputado Heraldo, pelas colocações do Dr. Joselito Bispo, em decorrência de um trabalho feito pelo Serviço de Inteligência da Secretaria da Segurança Pública, pela delegada titular de Homicídios e por inúmeros agentes policiais, o corpo todo trabalhando em derredor do assunto, não se obteve a confissão do autor do crime, da maneira como ele praticou. Mas tudo foi filmado.

Houve também um detalhe importante: lá no município onde o veículo foi abandonado, alguém que estava na zona rural viu e identificou o autor do crime inclusive como morador do município de São Francisco do Conde.

Quero, pois, neste momento cumprimentar todo o quadro da Segurança Pública, incluindo a Polícia Civil, a Polícia Militar, a Polícia Técnica, tendo à frente o secretário César, pelo brilhante trabalho na elucidação do fato que chocou a Bahia e o Brasil todo. Hoje estive, deputado Heraldo, ouvindo algumas rádios, e um determinado ouvinte ligou para uma delas dizendo: “Em se tratando de uma médica, a polícia elucidou o fato. E por que outros fatos não são elucidados?”

Um fato não tem nada a ver com outro. Evidentemente a circunstância possibilitou um caminho para que a polícia pudesse trilhar na elucidação: as câmeras estrategicamente colocadas dentro do *Shopping Center* e também na garagem. Isso fez com que a polícia colocasse a sua prática de inteligência, desenvolvesse realmente o que ela é determinada para fazer: a investigação. E elucidou o crime, restabelecendo mais uma vez a crença e o crédito que tem.

Antes de concluir as minhas palavras, Sr. Presidente, peço a V.Ex^a uma tolerância de poucos segundos, senão minutos. Hoje pela manhã também tive o dever cívico, como cidadão e homem público, de ligar para o coronel Mascarenhas, comandante da Polícia Militar, e cumprimentá-lo por ter agido de forma equilibrada, sensata, humilde, sem subserviência nem brutalidade, com educação, sem deixar de transigir em qualquer momento com os bons princípios da hierarquia, da ordem, do respeito e da preservação do bem da sociedade baiana. Negociou com a autorização expressa e absoluta do governador Jaques Wagner e conseguiu fazer com que todos aqueles que estavam envolvidos na movimentação do chamado Polícia Legal refletissem e analisassem que o bem da sociedade, a garantia da ordem e a paz social estão acima de qualquer delonga, qualquer entrevero e qualquer desencontro.

Evidentemente, também para que isso acontecesse, o governo flexibilizou. Ele vai concedendo e cedendo dentro de suas possibilidades, tanto a aquisição dos equipamentos necessários, compra e aluguel de mais viaturas, compra de coletes à prova de bala para possibilitar à polícia que exercita essa tarefa da mais árdua

consequência social e dar aos baianos todos a paz que todos merecemos.

Voltarei aqui, Sr. Presidente, para dar maiores detalhes a respeito dessas questões tão importantes para o bem-estar da sociedade baiana. E, mais uma vez, a Segurança Pública mostrou para que existe: para o bem e a paz da sociedade.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Getúlio Ubiratan):- Com a palavra, por 5 minutos, o deputado Heraldo Rocha.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero me solidarizar com os companheiros que me antecederam e dizer-lhes que esse ato da polícia de desvendar o assassinato da médica é importante, mas há muitos outros, como o caso Neylton, que até hoje a polícia não se manifestou. Não vamos fazer pirotecnia.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o deputado ACM Neto disse hoje que a situação financeira do Estado não é boa. Como tenho afirmado aqui, o Estado não consegue elevar sua arrecadação para sair da crise, ao contrário dos estados vizinhos, e perde mais uma fábrica, que é a Kraft Foods do Brasil, perde 100 milhões e 600 empregos.

Desse jeito a Bahia realmente não vai melhorar a sua arrecadação nem vai melhorar a geração de emprego e renda.

Sr. Presidente:- (lê) *“O governo do Estado recebeu recentemente nos meses de julho e agosto, a primeira parcela dos recursos resultantes dos contatos de financiamentos assinados com o BID e BNDES destinados ao Programa de Investimentos, nos valores de R\$ 391,875 milhões e R\$ 192, 569 milhões, respectivamente. Tais recursos, conforme as leis autorizadas pela Assembleia Legislativa, destinam-se as despesas de investimentos programadas no PPA e na Lei Orçamentária Anual, declara o Deputado Heraldo Rocha (DEM). Em função disto, o Governo do estado respira um pouco tranquilo com relação as obras, acontecendo o contrário com as despesas de pessoal...”* -, é bom que se frise essa colocação: ele respira, ele se oxigena um pouco em relação as obras, mas ele está caminhando para um processo de calote com as despesas de pessoal e encargos sociais e a máquina administrativa, ou seja, *“... as despesas com manutenção de escolas, hospitais, penitenciárias, etc.”*

Sr. Presidente, a Bancada da Oposição tem se posicionado de uma forma muito criteriosa, muito ética, e o secretário da Fazenda, Dr. Carlos Martins, não responde a situação pré-falimentar do nosso Estado. Mais ainda: várias empresas terceirizadas e de fornecedores não receberão os seus recursos, apesar do anúncio do secretário do Planejamento.

Sr. Presidente, há uma queda real do ICMS, que está ocorrendo mês a mês, como também das transferências *constitucionais* da União, ou seja, aqueles recursos provenientes do Fundo de Participação do Estado, do Fundeb, do IPI e outros.

(Lê):- *“ Só a título de esclarecimento segundo relatório do SICOF e FPE Livre do Estado em maio/2009 correspondeu a R\$ 263,485 milhões já em julho passado,*

representou apenas R\$ 172,632 milhões, uma queda de quase R\$ 100,0 milhões em dois meses com relação ao FUNDEB pelo fato do governo do Estado ter recebido uma antecipação, o valor que em junho passado foi de R\$ 218,6 milhões, em julho representa R\$ 99,441 milhões, e sabemos que a tendência é destes recursos continuarem a reduzir em função da queda de arrecadação do governo Federal.”

Portanto, Sr. Presidente, para concluir.

(Lê):- *“A preocupação é não haver recursos suficientes para pagar os servidores públicos”*

Isso foi afirmado aqui nesta Casa, meu caro deputado Getúlio Ubiratan, grande representante do Extremo Sul pela Bancada de Oposição, como, também, pelo conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, conselheiro Pedro Lino. O Estado já bateu no teto do limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Então, estamos alertando aqui e agora que o nosso Estado, o Estado da Bahia está em situação pré- falimentar.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Getúlio Ubiratan):- Com a palavra pelo tempo de 5 minutos, o deputado Clóvis Ferraz.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, senhores e senhoras jornalistas, senhores da Galeria deputado Paulo Jackson, Sr. Presidente, já tínhamos denunciado aqui anteriormente, víamos falando há muito tempo sobre a questão da segurança no Estado, nas diversas cidades, na zona rural, nas estradas e, lamentavelmente, vimos a “greve” da Polícia Militar por falta de entendimento do governo com os policiais, vimos ontem arrastões na cidade e nas estradas.

Voltaram os assaltos aos ônibus. Ainda há pouco, o prefeito de Aracatú, Sílvio Maia, o presidente da Câmara, Roberto, outros vereadores e vereadoras, a vereadora Fátima estavam vindo com diversas outras pessoas ontem à noite de Brumado para Salvador, perto do Paraguaçu, na BR 116, quando uma carreta atravessou e assaltou todos os passageiros desse ônibus e de outro que vinha atrás. Todos ficaram numa situação de impotência total, porque os bandidos estavam fortemente armados e os passageiros sem nenhuma proteção.

Não temos proteção nas ruas, não temos proteção no interior, estão acontecendo assaltos nas fazendas, na zona rural, por falta de uma política de gestão na área da segurança pública do Estado.

Isso desde o início do governo Jaques Wagner, não estou dizendo que o governador é culpado, mas não há uma política de gestão na área da segurança pública. Foram dois secretários, todos que vêm aqui apresentam um novo plano, mas fica no papel, fica na palavra, porque ação não há.

Temos a Polícia Militar, gloriosa Polícia Militar, pessoas preparadas que querem agir. Temos a Polícia Civil. É preciso que haja o entendimento e que haja uma gestão para isso. Se não há um projeto, um programa de segurança pública para

o aparelho de segurança pública do Estado, se não há uma gestão para isso, não funciona a segurança, e o cidadão baiano fica à mercê dos bandidos que praticam diversas modalidades de crimes.

Por isso, é preciso que realmente haja um entendimento, é preciso que o governo venha a agir de maneira que dê segurança ao cidadão baiano, porque como está, deputado João Carlos Bacelar, não dá. V.Ex^a tem sempre denunciado aqui, criticado, feito críticas construtivas, mas o governo não age, e estamos aí à mercê dos bandidos. Havia, antes, em algumas dessas linhas de ônibus policiais, eles vinham nos ônibus porque os assaltos estavam sendo rotineiros. Com essa medida os assaltos nos ônibus diminuíram um pouco, mas agora voltou novamente.

Então, é preciso que haja ação do governo, estou falando da área de segurança pública, mas se formos para as outras áreas não estamos vendo resultados também na área de saúde, de educação, agora mesmo trocou o secretário de Educação, enfim, vemos a troca de secretários mas o povo está abandonado.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Getúlio Ubiratan):- Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, o deputado Fernando Torres.

O Sr. FERNANDO TORRES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje pela manhã estive no município de Santo Estevão, na Câmara Municipal, e lá esteve presente o juiz José Brandão Neto. Este juiz colocou o toque de acolher, não é recolher, não, no município de Santo Estevão e as estatísticas que o Exm^o Juiz José Brandão Neto apresentou foi que melhorou em 71% o índice de crimes à noite naquele município. Vários juízes criticaram essa situação de Santo Estevão e as estatísticas todas estão mostrando que o resultado foi bom.

Estive lá debatendo segurança pública, tentando mostrar à Câmara Municipal de Santo Estevão que o motivo pelo qual a segurança está ruim é porque faltam investimentos nessa área, todo ano cai o nível de investimento nesse setor na Bahia, e a ajuda que o juiz deu foi excepcional, foi boa para a cidade de Santo Estevão. Espero que vários outros juízes façam a mesma coisa. Que o juiz de Feira de Santana e os de outras cidades também coloquem o toquem de acolher, porque um Estado que não tem governo, vocês que são policiais concursados e estão prontos para trabalhar, e o governo não os chama para trabalhar. Um Estado que não tem governo, eu acho que o Judiciário tem que governar. Estado esse em que o governador deixa a polícia a ver navios, como diz o ditado popular, deixa a polícia sem estrutura, sem investimento, sem um salário digno e sem trabalhar.

Então, eu parabenizei o juiz José Brandão Neto pelo seu ato de coragem contra vários juízes da Bahia. Vários juízes foram contrários a essa atitude do José Brandão Neto, e claro que esse toque de recolher no município de Santo Estêvão foi uma medida drástica, porque em Santo Estêvão, presidente em exercício Getúlio Ubiratan, chegou-se ao ponto de ter que acontecer o toque de recolher. O crime à noite estava absurdo, sem policiamento, sem estrutura para as Polícias Militar e Civil, a delegacia

de Santo Estêvão sem uma viatura para que o delegado possa trabalhar. V.Ex^a, deputado Gilberto Brito, que foi delegado, que é delegado, no momento está deputado, está sem uma viatura o município de Santo Estêvão. Esse delegado cuida de duas delegacias, Santo Estêvão e, se não me engano, Ipecaetá. É quase impossível fazer segurança pública daquela forma.

O Sr. PRESIDENTE (Getúlio Ubiratan):- Para concluir, deputado.

O Sr. FERNANDO TORRES:- Para concluir, Sr. Presidente.

É quase impossível, não há estrutura alguma.

O juiz José Brandão Neto – dá até para lembrar do nosso amigo, deputado Zé Neto – , do município de Santo Estêvão, está de parabéns, desde quando ele diminuiu a ocorrência de crimes à noite na cidade em 71%; as crianças, em um determinado horário, indo para as suas casas, e realmente isso aí é um toque de recolher, um momento de guerra. Mas, como a Bahia não tem governo, o Judiciário está governando, e governando muito bem, lá no município de Santo Estêvão.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pelo tempo cedido, eu não estava inscrito, mas dei o meu recado. Hoje pela manhã eu fui a esse maravilhoso debate na Câmara Municipal de Santo Estêvão, cujo juiz está de parabéns, está governando no lugar dos governantes da Bahia, que nada fazem pela segurança pública.

E aqui estão presentes policiais que estão prontos para trabalhar e que só precisam ser nomeados, a depender da boa vontade do Exm^o Governador Jaques Wagner, porque estão prontos para trabalhar e assim ajudar a melhorar a segurança pública do Estado da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Getúlio Ubiratan):- Antes do Grande Expediente, eu quero fazer também, como presidente interino, a minha homenagem à Secretaria da Segurança Pública pelo crime desvendado, da médica paulista.

Mas, ao mesmo tempo, fazer um apelo ao nosso querido secretário César Nunes, que da mesma forma como a inteligência da polícia funcionou a respeito desse monitoramento, galgado nas investigações através do sistema de filmagem do Shopping Iguatemi, nós tivemos na nossa região do Extremo Sul também vários crimes após o assassinato do ex-deputado Maurício Cotrim. E num dos assassinatos que aconteceram, do empresário e do pai em torno do crime do Maurício Cotrim, a cena do crime foi totalmente filmada.

Dava para se ter noção, e eu vi aqui na Polícia Civil da Bahia essa filmagem, para ver as características com perfeição. Pelas informações que nós recebemos da imprensa, cenas com muito mais clareza do que essa do crime desvendado da médica.

Então, conclamamos aqui que, da mesma forma, também a Secretaria da Segurança Pública tenha energia para dar, definitivamente, uma resposta ao povo do Extremo Sul, que se sentiu atordoado com a série de assassinatos, eu repito, em torno do ex-deputado Maurício Cotrim. Foi o ex-deputado Maurício Cotrim Foi o ex-deputado, foi outro empresário, foi o filho, foi a esposa, foram os pistoleiros.

Definitivamente, queria uma solução. E espero que seja esclarecido o porquê, a razão de ninguém estar preso.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Getúlio Ubiratan):- Grande Expediente.

Com a palavra o orador inscrito no Grande Expediente, o nosso querido deputado Arthur Maia, do PMDB, pelo tempo de 25 minutos.

O Sr. ARTHUR OLIVEIRA MAIA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, desde segunda-feira que eu pretendia usar esta tribuna para falar acerca da posição do meu partido, o PMDB, em relação ao governo do Estado, mas, infelizmente, tanto na segunda quanto na terça-feira as sessões terminaram antes de chegar ao tempo do meu partido.

De sorte que só hoje, quarta-feira, até extemporaneamente, tenho a oportunidade de assomar a esta tribuna para falar sobre a decisão tomada pelo nosso partido, na quinta-feira passada, de entregar as secretarias indicadas pelo PMDB ao governo do Estado.

Inicialmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero dizer que a prática política no Brasil é a participação nos mandatos do Executivo daqueles partidos que não o apoiaram na eleição, meu caro deputado Fernando Torres. Essa é a regra no nosso País, meu caro deputado Paulo Azi. Poucos são aqueles que, como V.Ex^a, o deputado Heraldo Rocha e outros, ao serem colocados na Oposição pelas urnas, ou seja, ao perderem a eleição, se mantêm firmes como opositores. Destaco que fui opositor ao longo de 16 anos nesta Casa.

Na verdade, infelizmente, a prática política na Bahia e no Brasil, meu caro deputado João Bacelar, é a do adesismo. Aquele que ganha o governo, geralmente, está muito apto a receber apoios. Vejam os senhores o que aconteceu aqui na eleição de 2006. O governador elegeu, aproximadamente, 22, 23 deputados, contando comigo e com os deputados Marcelo Nilo e Sérgio Passos, que, apesar de o nosso partido não ter coligado oficialmente com o PT, o apoiamos nas nossas bases. Eu, particularmente, subi em vários palanques do governador.

Mas a regra é o que aconteceu aqui. Apesar de só ter eleito 22 ou 23 deputados, rapidamente a Bancada governista saltou para o dobro, ou seja, 45 ou 46 membros. Atualmente, antes da saída do PMDB, chegou à marca de 48 parlamentares apoiando o governo, o que talvez seja um recorde aqui nesta Casa.

E isso não é uma novidade na Bahia nem no Brasil. Lembremos de quando o PMDB ganhou, em 1985, a Presidência da República com José Sarney, que apresentou o Plano Cruzado. Rapidamente, em 1986, vimos o PMDB eleger os governadores de quase todos os estados da Federação.

De sorte que essa prática é muito comum no Brasil, e não é diferente na Bahia. Não é o caso apenas do governador Jaques Wagner, que tem recebido apoio de vários deputados e deputadas que não votaram nele. Outros governadores também foram

favorecidos por esse comportamento de vários membros desta Casa.

O PMDB, meu caro presidente, resolve fazer agora justamente o caminho inverso. O nosso partido participou de forma decisiva da eleição de Jaques Wagner, contribuiu de maneira fundamental para a sua eleição desde o primeiro momento, na escolha do candidato. Depois indicou o vice da chapa e participou de toda forma que pôde da eleição de Jaques Wagner. O PMDB, depois da eleição, foi chamado pelo governador para compor o governo e o compôs com duas secretarias deveras importantes, no âmbito da administração estadual. Com a vinda do deputado Colbert Martins que saiu do PPS e veio para o PMDB, conseqüentemente, também o Secretário de Ciências e Tecnologia, Dr. Hildes, vieram para o PMDB que passou a ter um espaço ainda maior no governo. Mas o PMDB resolveu abrir mão da sua participação, como ontem muito bem colocou o deputado Paulo Rangel.

Eu quero, deputado, mais uma vez, elogiar a sua postura ponderada e sensata em seu discurso de ontem, e tenha certeza de que a minha fala vai na mesma direção. Como bem ponderou aqui o deputado Paulo Rangel, não existe no rompimento do PMDB com o PT nenhum divórcio conflituoso. Nada disso. O PMDB já de um longo tempo dizia que não concordava com a condução política e administrativa do governo. Isso não foi feito de última hora, é um processo que já dura há algum tempo.

Estamos ainda, meu caro deputado Heraldo Rocha, praticamente no meio do governo do Dr. Jaques Wagner. De sorte que existe muita água para rolar debaixo da ponte, até a possibilidade de o governo se recuperar dos problemas e das dificuldades administrativas que enfrentou até agora e virar o jogo. Mas para o PMDB não há dúvida: toma uma posição que diz não ao fisiologismo que vai na contramão da prática. Entrega os cargos demonstrando o mais absoluto desapego ao fisiologismo, ao cargo, à questão da participação no governo. E faz isso com único propósito: o de ter liberdade para sugerir à Bahia um projeto no qual o partido acredita e que deseja ver implantado neste Estado a partir de 2010.

Vi e ouvi, nos últimos dias, por vários meios de comunicação, por vários debates na imprensa, jornalistas, mesmo quando falei nas emissoras de rádio a respeito dessa questão, perguntando quem ganhou nessa relação. Ganhou o PT ou ganhou o PMDB? Quem foi o grande beneficiário dessa relação política que durou desde 2006 até a quinta-feira passada? Eu diria, deputado Heraldo Rocha, que é uma difícil resposta a ser respondida. Certamente que no âmbito da coligação o PT foi o mais favorecido, porque afinal de contas foi aquele que indicou e elegeu, com o nosso apoio, o cargo mais importante do Estado, o cargo de governador da Bahia. Obviamente que depois da eleição, com as ações todas que se desenvolveram, ambos os partidos, PMDB e PT, tentaram ampliar a sua participação na política baiana.

O PMDB, nas últimas eleições para prefeito, teve um resultado bem superior ao do PT. O PMDB elegeu mais do dobro das prefeituras que o PT elegeu, inclusive elegendo o prefeito da capital. Certamente, não foi pela influência do governo, não foi pelo favorecimento ou pela participação que o PMDB teve no governo da Bahia. Afinal de contas, nas disputas mais acirradas quando as circunstâncias se apresentavam como sendo decisivas para a vida de um partido ou para o outro, como

foi aqui em Salvador, o governador da Bahia, defendendo o seu partido, se posicionou pelo candidato do PT, como foi o caso aqui em Salvador, sobretudo no segundo turno, quando o governador de forma clara e explícita, eu diria até, de forma muito honesta, assumiu o apoio ao candidato do PT, o brilhante deputado Walter Pinheiro.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, faço essa observação, essa pontuação, para ressaltar que além de manifestarmos a nossa posição, como disse antes, contra a correnteza da maré política que não adota essa prática, quero dizer também que o fazemos de forma bastante antecipada para que não haja nenhuma surpresa para o governador.

Há um ano, em uma carta aberta, o ministro Geddel Vieira Lima já assumia, publicamente, este posicionamento, qual seja, o de que o partido poderá ter um candidato ao governo do Estado. Esta discussão vem se repetindo há mais de um ano em todos os congressos e em todas as reuniões que o partido tem realizado no interior da Bahia. Aqui na Casa já se manifestava claramente, dentro do PMDB, através da minha posição, através da posição da deputada Maria Luiza, claramente, a postura de segmentos do partido que pretendiam ver o partido afastado da atual administração.

O PMDB poderia, deputado Paulo Azi, neste momento, chegar ao PT ou ir ao governador Jaques Wagner e propor uma repactuação dizendo, deputado Clóvis Ferraz, que pretendíamos ter, no âmbito da administração estadual, uma participação maior ao especificar que nós queríamos não duas nem três mas quatro ou cinco secretarias. Eu creio até que teríamos uma boa chance de sermos atendidos.

Mas nós não fizemos isso. Pretendemos agir com a mais absoluta lisura e ética na política. Este não foi o comportamento que o PT teve nas eleições de Salvador quando repactuou com o PMDB ao faltar um ano para a eleição e assumiu a administração estadual de uma forma consistente e participativa. Porém, faltando três meses para as convenções, saiu do governo e apresentou uma candidatura própria.

Não é esta a postura do PMDB, pois estamos fazendo a nossa separação como muito bem colocou ontem o deputado Paulo Rangel, ou seja, sem briga, sem litígio mas podendo assumir aqui de forma clara que nós não concordamos com a atual administração, pois nós temos profundas discordâncias em relação à condução que a Bahia vem tendo nos últimos dois anos e meio.

O Sr. Elmar Nascimento:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ARTHUR DE OLIVEIRA MAIA:- Está inscrito, nobre deputado.

Nós sempre participamos do combate aos governos que antecederam a 2006. Nós sempre combatemos os governos anteriores a 2006. Nós queríamos, sim, a mudança e aplaudimos até hoje a mudança política que aconteceu na Bahia. Hoje não há dúvidas de que o ambiente político que se respira na Bahia é muito mais plural. Esta Casa – eu diria – tem muito mais autoridade até para poder se manifestar, para poder exercer o papel da política.

Mas, definitivamente, o projeto administrativo que se implantou na Bahia, nos últimos dois anos e meio, não é o projeto que o PMDB deseja. E nós pretendemos, a partir de agora, desta tribuna e dos palanques todos da Bahia poder debater a

segurança pública, poder debater a educação, a saúde pública, o desenvolvimento do Estado e o crescimento econômico da Bahia. Nós estamos implantando no Estado este projeto e vamos apresentá-lo como alternativa no próximo ano.

Com o aparte o nobre deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Meu caro companheiro, amigo e deputado Arthur Maia, eu quero parabenizar V.Ex^a pelo seu pronunciamento e dizer que só o maior partido da Bahia e só o maior partido do Brasil teria a coragem e o desprendimento de, em metade do governo, se despir de qualquer tipo de vaidade ou vantagens que ocupa em cargos no governo do Estado para encabeçar um projeto próprio com diretrizes sobretudo no perfil estatutário de seu partido.

Digo, também, que o nosso partido procede da mesma forma. Apesar de notícias veiculadas na imprensa no sentido de que o PR poderia traçar algum tipo de negociação para participação no governo do Estado, ontem à noite, a executiva de nosso partido, através do presidente e senador César Borges e secretário geral deputado federal Zé Rocha, divulgou nota dizendo que (lê): *“Ações individuais de membros do partido ou de ex-filiado destoam da orientação partidária de repudiar qualquer relação fisiológica e mera negociação de cargos em troca de apoio político. Ao contrário, a direção reafirma que o PR está interessado, sim, em construir um projeto político de desenvolvimento social e econômico para a Bahia. O que não é personificado pelo atual governo. O PR também lamenta que o atual governo use a máquina pública para angariar apoios em partidos diversos, passando por cima das direções partidárias, num ato ante-republicano e fisiológico.*

Apoiar o atual governo é um desserviço aos interesses dos baianos, e não seria agora que, com a saída de antigos aliados, decepcionados, o Partido disso se aproveitaria para beneficiar-se.

Assinam a nota o senador César Borges e o deputado José Rocha, respectivamente, presidente e secretário-geral do partido.

O Sr. ARTHUR OLIVEIRA MAIA:- Incorpo, com grande prazer, deputado Elmar Nascimento, o aparte de V.Ex^a à nossa fala, ao tempo que quero parabenizar o PR pela posição de independência que tem demonstrado e quero dizer-lhe que é um desejo do PMDB que estejamos juntos e unidos no ano que vem.

Digo ainda, a respeito do que V.Ex^a acaba de mencionar, que, neste momento que o PMDB entrega, de volta, três secretarias ao governo, é fundamental que o debate acerca do preenchimento dessas vagas – e falo como, além de deputado, baiano – seja mais elevado, que se discuta, deputado Paulo Azi, critérios e perfis para a recomposição dessas pastas.

O governador ainda tem um ano e meio de mandato, e nesse tempo dá para se fazer muita coisa, até para recuperar, pelo menos, uma parte do tempo perdido. Não é possível que o único critério que norteia a escolha de nome ou de partido seja o da composição política, da formação de uma ampla frente capaz de dar sustentação ao governo e que não se olhe, não se observe, em momento nenhum, a indicação e a qualidade dos quadros que poderão compor, eventualmente, essas pastas.

O Sr. João Carlos Bacelar:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ATHUR OLIVEIRA MAIA:-Com o aparte o nobre deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Deputado Arthur Maia, quero parabenizá-lo pelo lúcido, educado e bem fundamentado discurso que profere, fazendo uma análise política, e política com “P” maiúsculo, das condições que o governo estabelece para nomeação dos nossos secretários.

V.Ex^a citou aí o critério que o governador está utilizando, que é apenas, e simplesmente, o de compor a sua base política. Mas quero lembrá-lo de um segundo critério, o qual se comenta abertamente aqui na Assembleia: o orçamento. Isto é, agora é aumentar o valor..., o partido tal diz: “Não, cem milhões não quero, não! Só quero, se o orçamento for trezentos milhões”.

Triste Bahia, deputado Arthur Maia! A que ponto o PT implantou os seus métodos! No Estado da Bahia, se negocia, e o partido diz: “Não, Secretaria de Infraestrutura só com duzentos milhões? Não! Tem que ter trezentos milhões!”

É até falta até de ética e de vergonha!

O Sr. ARTHUR OLIVEIRA MAIA:- Incorporo, deputado, o aparte de V.Ex^a. Realmente, penso que a barganha política não pode ser critério para a composição de governo.

Quero trazer, como último ponto da nossa presença no Plenário, a reflexão acerca de alguns comentários que têm sido reiterados por alguns próceres do PT, na imprensa baiana, dizendo que a relação do PMDB da Bahia com o PT nacional se modifica a partir do rompimento do PT com o PMDB, aqui na Bahia.

Obviamente, sei que esse é o desejo de muitos senhores representantes do PT de nosso Estado. Muitas pessoas gostariam que esse rompimento do PMDB com o PT, em âmbito local, representasse automaticamente o rompimento de ambos no âmbito nacional, mas isso não se dá na prática.

O presidente Lula tem sido até muito generoso nas observações e nos adjetivos que destina ao ministro Geddel Vieira Lima. Recentemente, disse que Geddel, nos últimos 500 anos, é o ministro que mais prontamente se apresentou para ajudar as vítimas de catástrofes neste País.. Frequentemente e repetidamente, o presidente Lula tem dito que Geddel é um dos mais qualificados quadros que ele trouxe para o seu governo. E que o único problema de Geddel é não ter estado com ele desde o primeiro momento, desde o primeiro governo.

De sorte, Sr. Presidente, que não bastasse essa relação estreita que o ministro Geddel guarda com o presidente da República, a relação do PMDB com o PT em nível nacional é absolutamente preservada. Nós do PMDB aqui da Bahia, e eu quero ressaltar isto em alto e bom som, apoiaremos o candidato a presidente da República que for indicado pelo presidente Lula, a não ser que ele diga que não quer o nosso apoio. Mas não tem dito isso.

Desejamos preservar o projeto nacional porque entendemos que ele, conduzido pelo presidente Lula, tem trazido frutos importantes para o Brasil e avanços significativos para o nosso Estado. Porém é lamentável que o grande projeto nacional implementado por Lula não tenha conseguido ser transplantado para cá, apesar da

amizade pessoal que o presidente tem com o governador Jaques Wagner e da relação estreita de companheiros políticos de tanto tempo. O governador não conseguiu, meu caro presidente, transformar essa força pessoal em benefícios concretos para a nossa Bahia. Infelizmente quando observamos hoje, com dois anos e meio de gestão, constatamos que os grandes projetos desta terra a serem implantados pelo governo estadual, alguns deles em parceria com o federal, estão parados.

O Porto Sul continua sendo calhamaço de papel que não saiu da prática até agora. Não existe até agora sequer um projeto fechado para ser licitado, senhores e senhoras, para apresentar à Bahia um equipamento importante para a escoação da sua produção. A Ferrovia Leste/Oeste, da mesma forma. Os projetos não chegam a Brasília para que o presidente possa acolher os interesses da Bahia e atender como é do seu desejo, duma forma muito mais firme, mais rápida e mais diligente, às necessidades do nosso Estado.

Nessas circunstâncias é que dizemos e repetimos aqui, para que não haja nenhuma dúvida a respeito disso, que nós do PMDB da Bahia apoiaremos, sim, o candidato que for indicado pelo presidente Lula à sua sucessão.

De resto digo a todos nesta Casa, talvez seja até uma redundância, que todos conhecem a minha forma de fazer política. Sou firme nas minhas posições e contundente nas minhas afirmações, porém sempre tratei a política no âmbito rigorosamente institucional. Ninguém neste Legislativo, em nenhuma das Legislaturas de que participei, poderá dizer que ultrapassei o limite, a fronteira do institucional para avançar a uma arenga pessoal e agredir o companheiro, tratando a política num âmbito que não seja elevado.

Dessa mesma maneira, pretendo fazer uma oposição leal e honesta ao governador Jaques Wagner, rogando ao Senhor do Bonfim que tenha eu motivos para vir à tribuna elogiá-lo como opositorista, por que não? Depende mais de S.Ex^a do que de mim. Gostarei muito de estar aqui, deputados João Carlos Bacelar e Heraldo Rocha, elogiando o governador se neste ano e meio, com esta reforma administrativa agora, ele conseguir alcançar aquilo a que se propôs na eleição de 2006, pois ainda não foi conquistado. Mas também daqui fiscalizarei e cobrarei com lealdade e firmeza para colocar o ponto de vista do meu partido e me somar aos companheiros da Oposição, visando projetar a Bahia que nós desejamos para o futuro.

Essa posição a Casa, com absoluta, total certeza, terá de mim. Sempre fui este deputado, independentemente de estar apoiando o governo ou a Oposição. Fico feliz de estar aqui fazendo uma cena, meu caro deputado Paulo Rangel, que não é comum nesta Assembleia. Já vi tantos subirem a esta tribuna estando na Oposição para dizerem que assumiam a posição do governo. Faço o caminho inverso, no entanto com firmeza e lealdade aos meus sentimentos, às minhas ideias e, sobretudo, ao meu povo e à minha terra.

Viva a Bahia! Viva o futuro da minha terra!

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Getúlio Ubiratan):- Muito obrigado, deputado Arthur Maia.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Getúlio Ubiratan):- Horário das Representações Partidárias.

Concedo a palavra ao Líder do governo e da Maioria ou representante do PCdoB, nosso querido deputado Isaac Cunha, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Isaac Cunha:- Falará pelo tempo de 10 minutos o deputado Pedro Alcântara.

O Sr. PRESIDENTE (Getúlio Ubiratan):- Com a palavra, pelo tempo de 10 minutos, o deputado Pedro Alcântara.

O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, Imprensa, aqueles que nos honram com suas presenças, não cabe a nós entrarmos nas questões do PMDB, partido no qual eu tenho amigos e alguns correligionários espalhados pela Bahia afora. Mas em relação ao PR eu tenho que me manifestar por vários motivos. Primeiro, porque farei, no próximo ano, 20 anos neste partido. É uma vida partidária! Talvez poucos políticos tenham tanto tempo em um partido. Segundo, porque sou o líder da Bancada, eleito democraticamente, por unanimidade, nesta Casa.

É claro e notório e a Bahia sabe das divergências que a nossa Bancada tem na Assembleia e também lá na Câmara. A Bahia e o Brasil sabem que no atual período legislativo o partido teve dois presidentes, o deputado federal José Carlos Araújo, ex-presidente, e o atual presidente, senador César Borges.

Começarei pela lógica político-partidária. Nós que estamos há tanto tempo nesta Casa, há 5 mandatos aqui no PR, ex PL, não entendemos mais a lógica da política. Como é que um partido se alinha, em nível nacional, a um projeto de um partido político que tem os governos do Brasil e da Bahia e discorda frontalmente do projeto em nível estadual? É a lógica que eu não consigo conceber ou entender.

Por mais que eu exercite o meu raciocínio, não consigo entender essa lógica. Participa do governo em nível nacional, dá sustentação política em nível nacional, tem ministro em um Ministério forte em nível nacional e confronta no plano estadual.

Ou nós estamos em outro país, como alguém disse aqui que a Bahia é outro país, ou não estamos num país federado. Eu não entendo isso.

Não compreendo quando se deixa de ter um líder da Bancada como porta-voz para ter o ex-líder. Não entendo também, não posso compreender essa lógica dentro do partido. Não entendo e não posso assumir a carapuça.

Passei 20 anos nesta Casa dos quais 18 dando sustentação política a uma estrutura política sem nunca ter indicado um cargo nem de terceiro escalão. Nunca fui procurado para indicar e não procurei governo nenhum, inclusive o do governo em que fui líder.

Desafio a qualquer um para trazer aqui o Diário Oficial com uma nomeação minha na capital, salvo cargos na minha região onde pedia aos vereadores para indicar. Mas aqui, nesses cargos de secretaria, diretoria, eu desafio qual governador

da Bahia que eu procurei para indicar um cargo, inclusive o que eu fui líder. Desafio.

Então, não aceito carapuça nenhuma de estar negociando cargos. Ao contrário, isso está claro para a minha Bancada e para os que precisam do partido hoje. Fora desta Casa estive por um ano e tanto, as alianças partidárias que fiz no interior me convergiram para a esquerda porque não tive espaço em fazer dentro do partido, dentro da estrutura em que permaneci aqui por 20 anos.

Na minha terra onde eu nasci, Campo Alegre de Lourdes, para lançar um candidato eu tive que buscar a legenda do PCdoB porque não tinha assegurado ainda quem era o prefeito de Campo Alegre de Lourdes. - Seu pai é irmão da minha mãe, é médico igual a mim, meu afilhado de batismo -. É a terra onde nasci que me dá sustentação política e por seis vezes fui o deputado mais votado naquela terra. Juazeiro é a minha base principal, a terra que me adotou.

Qual a aliança que eu fiz? Com o PCdoB. Quem é o prefeito? Isaac Cavalcante, do PCdoB. Qual é a aliança? PR / PCdoB. Quem é a vice-prefeita? Gorete Araújo. Então, qual é o palanque em que eu devo estar? Nas alianças ou na minha base?

Então, não aceito carapuça, não aceito dizer que estamos negociando cargos, porque estou longe disso. Se no governo que ajudei a construir, eu não o fiz, é evidente que agora não tenho legitimidade para aceitar.

Meu nome foi cogitado e divulgado pela imprensa para ocupar o cargo de secretário da Agricultura. Fui ao governador e ao secretário Rui Costa dizer: “Não posso aceitar, porque sou signatário do documento que indica o deputado Elmar Nascimento para esse cargo e também porque não tenho legitimidade para ser secretário num governo que não ajudei a construir. Não me sentirei bem.”

Minhas posições são claras e cristalinas aqui nesta Casa. De acordo com o Regimento Interno, em razão da saída do PMDB, partido agora independente, tal qual o nosso, do Bloco do governo, somos obrigados a fazer a recomposição das comissões.

Não aceito nem aceitarei patrulhamento, como não aceitei na eleição desta Casa. Usaram amigos meus para me pressionar. Não aceitei! Eu tinha o dever moral de votar em Marcelo Nilo para presidente desta Casa, pois ele me acolheu muito bem e é meu amigo há mais de 20 anos.

Honrei e cumpri todos os acordos que fiz na Bancada ao assumir a Liderança nesta Casa. Não aceitarei patrulhamento de quem quer que seja, porque meu mandato é patrulhado pelo povo.

Já estou com seis mandatos aqui, tenho o direito de ser candidato ou não. E minha tendência é permanecer no meu partido, o qual ajudei a construir. Não cheguei de paraquedas ao partido, foi logo no seu início. Talvez só tenha eu e o ex-deputado Eujácio Simões daquela época.

Já disse de público, aqui e na minha terra, que não vou aceitar patrulhamento do meu mandato e das minhas posições políticas. Isso não posso conceber! Se hoje há uma lógica de fidelidade, em Brasília ela não vale; só vale aqui na Bahia. Em Brasília, os mais diversos entendimentos são feitos de acordo com o plantão do dia.

Já disse desta tribuna que não posso entender como um partido perde a eleição e se alia ao governo federal. Em vez de buscar programas partidários, vai buscar ministérios para se fortalecer. Esse é o jogo de Brasília, onde não há fidelidade. Mas aqui tem de ter.

Não aceitarei, repito, patrulhamento do meu mandato. Isso cabe a mim. Se ontem ele vinha duma conjuntura política, hoje, foi Deus que me deu este resto de mandato aqui nesta Casa, pois nem eu acreditava mais que iria retornar. Contudo, minha posição jamais será diferente. Já fui até chamado de soldado de todos os governos, mas não o sou. Sou soldado de um pedaço da Bahia dos mais abandonado. Entra governo, sai governo e continua abandonado. Quem anda por lá é testemunha disso!

Disse certa feita, nesta Casa, há 10 ou 15 anos, que ainda não tive o direito de representar o cérebro do meu povo, porque represento o estômago dum povo, tendo em vista a fome que passa e a necessidade que tem de estradas, de aguadas, de energia, de escolas e de um hospital melhor. Foi para isso que vim para cá. É muito fácil fazer discurso para o cérebro dos que estão aqui, é muito fácil fazer a crítica pela crítica. Ora, isto aqui não passa de um teatro. Os mesmos que ontem diziam que era justo, hoje condenam, e vice-versa. Já vi de tudo nesta Assembleia.

Enfim, não aceitarei patrulhamento. Reunirei a Bancada do partido – nunca agi de outro modo – para encaminharmos a composição das comissões. Toda resultante será de acordo com a maioria e a vontade expressiva da nossa Bancada. Se for para ir, iremos; se não for... Tenho independência, hoje, até para não ser candidato. “Ser ou não ser, eis a questão.”

Reafirmo que não entendo a lógica de cobrar fidelidade na Bahia, se em Brasília ela não existe. Lá, acorda-se com o presidente de um partido e dorme-se com o de outro, defenestrado por uma canetada dum poderoso. As cabeças coroadas da política baiana e brasileira acham que têm direito a tudo. Já os outros só têm o direito de concordar, não podem discordar.

Portanto, tomei uma posição embasado naqueles que me colocaram aqui por seis vezes. Volto a dizer, são seis mandatos. São esses que seguem o meu rumo que vão dar o meu oriente. Não aceitarei carapuça de nota, porque não é o meu comportamento. E volto a desafiar. Temos aí o ex-governador vivo, Paulo Souto, duas vezes, César Borges, Otto Alencar, Imbassahy, e desafio qualquer um dos quatro a dizer se algum dia eu os procurei ou fui procurado para indicar qualquer cargo, primeiro escalão nem se falava, até para ser atendido por secretário todo mundo agora fala, mas eu, como Líder do Governo, sei o chá de cadeira que a maioria tomava.

Se for preciso irei para esse embate que acho altamente desnecessário, porque hoje não existe um alinhamento automático, é um salve-se quem puder, não sei se o meu partido vai coligar com o PT ou com o PMDB, vejo agrado dos dois lados. Sei de uma situação, pela vontade do presidente estadual do partido, não dito a mim, mas dito à imprensa, que não coligará com o PT. Agora quero saber como é que se vai fazer uma campanha com alinhamento com o candidato de Lula nacional e com o adversário de Lula aqui no Estado. Não entendo a lógica da política agora e continuo

a reafirmar.

Portanto, quero concluir, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e dizer que em relação à recomposição das comissões deveremos fazer uma reunião na próxima segunda-feira pela manhã, vou entrar em contato com o presidente do partido nacional, não o fiz ontem porque estive em Recife, por questão de ordem familiar, retornei pela manhã, e vamos procurar os companheiros e sentar com a Bancada do Governo. Claro que hoje dou sustentação a este governo nesta Casa por livre e espontânea vontade, porque quis fazer assim, porque os meus princípios estão na base do Governo e não poderia fazer política de forma diferente.

Portanto, não me impulsiona na política a troca de cargos. Sei que isso é natural para alguns, poderá acontecer, e não serei eu quem vai patrulhar alguém. Também não aceito patrulhamento, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Esta é a nossa posição e vamos ver qual a posição da Bancada.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Getúlio Ubiratan):- No Horário das Representações Partidárias, concedo a palavra ao Líder do governo e da Maioria, deputado Isaac Cunha, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Isaac Cunha:- Falará o deputado Zé Neto pelo tempo de 5 minutos e em seguida o deputado Paulo Câmara, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Getúlio Ubiratan):- Com a palavra o deputado Zé Neto pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ZÉ NETO:- Primeiro, Sr. Presidente, o tom do discurso do nosso amigo deputado Arthur Maia vai numa direção, em parte, que acho muito saudável. O projeto do governo Lula na Bahia é o mesmo do governador Jaques Wagner. E o PMDB, disputas à parte, com o próprio Arthur, mas evidentemente que temos nesta Casa e sabemos disso, que disputas ideológicas tem o seu momento, mas o respeito pessoal prevalece e isso é muito importante para que a gente continue conversando e entendendo qual é o caminho das pedras, neste momento, na Bahia.

Quem moraliza a política no Estado é o projeto do presidente Lula e o projeto do governador Wagner. O PMDB sai da base do governo, mas não sai da base do projeto do presidente Lula que tem neste Estado, como referência, o governador Wagner; ao criar o segundo palanque, o PMDB, obviamente, não haverá de dificultar o caminho de quem quer democratização, transparência, tratamento zeloso com os funcionários públicos, diálogo permanente, como agora aconteceu com os policiais militares que, no nosso modo de ver, faz parte da compreensão da própria política.

Aqueles que antes chegavam a esta Casa de “brucutu”, hoje podem sentar com o comando-geral, por intermédio de suas associações, com o apoio do governo do Estado. Chegou aqui o capitão Fábio, e vimos o quanto foi bom até, depois da crise, mostrar que o entendimento é sempre possível. É nesse tom de entendimento, de prevalência do projeto do presidente Lula, que mudou o Brasil, deputado Paulo Câmara, deputada Eliana, que a gente tem, na Bahia e nesta Casa, o compromisso de

tocar em frente um Brasil e uma Bahia melhores para os baianos.

Portanto, acho possível trabalhar-se no sentido de ter o PMDB dialogando permanentemente, mesmo fora do governo, com os interesses do presidente Lula, que são os mesmos interesses de inovação, renovação, transparência e clareza na política do Estado da Bahia.

E quero crer que, se, de um lado, alguns trabalham para que o DEM e o PSDB, reunidos nesta Casa, tenham do PMDB este apoio, farei o contrário, mesmo que todos tenham conhecimento de que, nesta Casa, defendi, muitas vezes, a permanência do PMDB, que, nos últimos meses, defendi que tivéssemos a cisão dentro do governo, porque entendia que, naquele nível de animosidade, de tensão que vivíamos, não valia a pena permanecer com a aliança. Mas hoje o momento é muito mais tranquilo, está muito mais leve para ambas as partes.

O PMDB também haverá de seguir seu caminho, trabalhando no seu projeto, em consonância com o presidente Lula. Aqui na Bahia, obviamente, alguma coisa nos diferencia, tanto que estamos separados, mas, no conjunto do que temos em âmbito nacional, haveremos, sim, de ter equilíbrio nesta Casa para conduzir os interesses da Bahia a fim de que eles não voltem a um tempo que já vencemos, que já passamos na Bahia.

Portanto, é nessa confiança, nesse sentimento que temos certeza de que não estar no governo da Bahia e no do governador Jaques Wagner é uma coisa, mas não estar no projeto do presidente Lula é outra. E haveremos, sim, de ter equilíbrio para conduzir os interesses da Bahia e do Brasil, coincidentes, a fim de que tenhamos o presidente Lula com a nossa candidata Dilma como presidenta da República e, na Bahia, a reeleição de Wagner, ou mesmo o PMDB, no segundo turno, apoiando a nossa candidatura, se chegarmos a ter segundo turno.

Queremos, mais uma vez, refletir com essa cabeça e dizer ao PMDB que é muito tranquilo entender o rumo dele nesse instante, mas é muito bom saber que, por parte do PMDB, há o interesse de permanecer no diálogo para que o presidente Lula tenha dois palanques na Bahia, e não tenhamos nenhum palanque duvidoso.

É esse o caminho que temos de seguir, buscando sempre defender o projeto nacional do presidente Lula, do qual o nosso ministro Geddel, que é daqui da Bahia, também faz parte e está dentro do conjunto e das relações, em âmbito nacional, do PT, do presidente Lula e do projeto que já mudou o Brasil e vem mudando a Bahia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Getúlio Ubiratan):- Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, o deputado Paulo Câmara.

O Sr. PAULO CÂMERA:- Sr. Presidente, nobres colegas, queria que o deputado Zé Neto... Deputado Zé Neto, deputado Zé Neto! É, estamos precisando de um treinamento social!

Deputado José Neto, preste atenção: não estou dizendo que não é o nosso, não! Agora, queria que V.Ex^a, deputado Zé Neto, me explicasse essa coisa do projeto conjunto entre o PMDB, no Brasil, mas separando-o na Bahia. Não consigo entender

como o governador Jaques Wagner vai aceitar, como aliado do presidente Lula, fazer dois palanques na Bahia.

Eu não consigo entender como o governador Jaques Wagner vai aceitar, enquanto aliado do presidente Lula, fazer dois palanques na Bahia.

Eu não consigo entender que V.Ex^a fale aqui como falou há pouco, se no 2º turno tivermos um PMDB. Não é possível que V.Ex^a não olhe que nessa eleição são três nomes e duas forças. Três nomes porque se fala em três candidatos, mas duas forças porque uma vem legitimada, já perdeu as eleições, e o outro é um insurgente. Essa é uma diferença que V.Ex^a tem que pensar quando falar isso. Não posso, então, entender que no projeto nacional não se faça um somatório do que se chama Federação.

Então, se está junto em vários Estados, estará junto na Federação. Nós estamos falando que a soma das partes é que faz o todo. Portanto, tem que estar nos Estados, todos juntos em um único palanque para se ter uma unidade, ou seja, para se ter a candidata Dilma.

Não uma certa dubiedade vigente. Nós todos entendemos da política, pelo menos pensamos. Então, se num Estado como a Bahia temos duas forças consolidadas e falamos no insurgente, nós não podemos entender, deputado Zé Neto, que esteja crescendo numa proporção que não se possa olhar o passado que, diria, consolidado.

Gostaria de que V.Ex^a explicasse essa questão dos dois palanques.

O Sr. Zé Neto:- Eu estou dizendo a V.Ex^a que nós temos um projeto nacional e acredito que o PMDB não haverá de abandoná-lo. Se fizer oposição junto com o DEM e o PSDB, é óbvio que vai complicar o projeto nacional.

Então, esperamos que o tom do diálogo com o PMDB, dado pelo deputado Arthur Maia, permaneça, e Geddel Vieira Lima é o ministro da Bahia. Por isso eu disse “nosso ministro”, porque é baiano. Ele foi para lá com apoio do governador Jaques Wagner. Agora, obviamente, se aqui não forem refletido os interesses do presidente Lula, teremos que rever o que o PMDB deseja na Bahia. Enquanto estiver buscando o interesse nacional no ministério é uma coisa.

O que eu quero é dizer claramente que esperamos que o tom dado pelo deputado Arthur Maia seja um tom de diálogo permanente para que tenhamos os interesses do presidente Lula, aqui neste Estado, representados não num apoio cego ao PSDB e ao DEM para se tornar um problema a mais para nós, e sim um processo mais tranquilo, com mais independência, olhando os interesses da Bahia.

O Sr. PAULO CÂMERA:- Então, V.Ex^a concorda comigo que teremos apenas um palanque para a ministra Dilma. Eu não posso entender que um projeto nacional em que há problemas semelhantes em quatro ou cinco Estados... Por exemplo, um problema semelhante ao da Bahia se passa em Pernambuco. No Rio de Janeiro, esse mesmo problema se passa com maior gravidade.

Então, nós falamos de um projeto nacional, Sr. Presidente, nós estamos falando apenas de um palanque e de um único projeto do governo Lula, com o governador Jaques Wagner capitaneando esse processo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Getúlio Ubiratan):- Concedo a palavra o Líder da Minoria ou representante do PTN para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

Nosso querido Heraldo Rocha, para indicar.

O Sr. Heraldo Rocha:- Pois não, Sr. Presidente.

Realmente, fica difícil entender esse quadro político da Bahia. Pelo menos de uma coisa eu tenho certeza: o único grupo que é oposição somos nós.

Com a palavra o deputado Elmar Nascimento por 5 minutos e o deputado José Nunes, pelos 5 minutos restantes.

O Sr. PRESIDENTE (Getúlio Ubiratan):- Com a palavra o deputado Elmar Nascimento pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados. Srs. da Imprensa.

Ouvi com atenção o discurso do Líder do meu partido, deputado Pedro Alcântara, e como membro do PR, já que tratava de questões internas, sinto-me na obrigação de tecer algumas considerações. Faço isso com todo o respeito que tenho pelo parlamentar mais antigo do nosso Partido da República e de mais mandatos. Com a democracia que nós sempre vivemos internamente, divergi em alguns pontos que foram apresentados.

Em primeiro lugar, em relação a todos os partidos brasileiros, apesar de terem um caráter nacional, a questão da vinculação foi muito derrubada pela Justiça Eleitoral. Na eleição passada o nosso partido, que era o PL antigo, se transformou no atual PR a partir de uma fusão com o PRONA. Apesar de fazer parte da base de sustentação do presidente Lula, inclusive tendo contribuído na sua primeira eleição para o candidato a vice, o nosso grande vice-presidente José Alencar, o nosso partido aqui cerrou fileiras com o Democratas apoiando a vitória do governador Paulo Souto. Permita-me vênia, meu caro Líder. V.Exa. não subiu a esta tribuna para questionar a posição do nosso Diretório estadual de apoiar o governo de Souto e a reeleição dele, embora nacionalmente o partido faça parte do projeto do presidente Lula.

Eu fui o primeiro parlamentar nesta Casa, e talvez porque tivesse menos ligação quando da entrada do senador César Borges para assumir a Executiva e a presidência do nosso partido, a discordar da indicação por entender que o PR vinha sendo muito bem conduzido pelo deputado José Carlos Araújo. Fiz isso publicamente e disse ao senador que ele era uma pessoa bem-vinda, mas que o partido estava bem conduzido. Tenho de dar a mão à palmatória e reconhecer que o senador assumiu o nosso partido democraticamente, dando a todos a oportunidade de levar o mandato da maneira que melhor lhes aprouvesse, cada um com a sua própria consciência, apesar de que de 2 anos para cá o Supremo Tribunal Federal, depois da decisão do TSE, decidiu que nós não somos mais donos do mandato.

Discordo, pois acho que o povo, quando vota, vota nos deputados Elmar

Nascimento, Emério Resedá, Zé Nunes. Mas o STF decidiu que o mandato não nos pertence, deputado Zé Nunes. Pertence ao partido no qual nós estávamos inscritos. Infelizmente é a decisão maior a que temos de nos render. Na primeira eleição, quando ainda não existia essa questão de o partido político ser o dono do mandato como decisão do Supremo, fui eleito pelo PMDB e divergi da condução da sua direção estadual, que queria fazer oposição. Quando me elegi, o então presidente Geddel Vieira Lima sabia que eu apoiava o governador Paulo Souto. Apoiei em palanque e na televisão durante toda a minha campanha. Também queria apoiar aqui na Assembleia. Procurei então o presidente Geddel dizendo-lhe que discordava da posição do partido e que não me restava outro caminho que não fosse sair dele.

Não quero com isso dizer que alguém é obrigado a ficar ou sair do partido. Não sou dono da vontade nem da consciência de ninguém, e o senador César Borges tem tido uma condução muito correta na presidência do nosso PR. Nunca nos cerceou o direito de exercer o nosso mandato da forma que nos aprouver, exercendo sempre a discordância se achamos necessário. Podíamos tomar a posição que quiséssemos mas, na hora em que o partido tomasse a decisão de um acordo político, é claro que os seus membros teriam de seguir a posição que a maioria da legenda adotasse. Até porque o senador vai disputar um cargo majoritário e só poderá ser eleito se tiver não só os votos do PR, mas também com os votos dos partidos que compuserem a sua coligação, seja o PMDB, o Democratas ou PT, enfim, seja a coligação que o nosso partido fizer. E é claro que a recíproca tem de ser verdadeira, pois, para elegermos o nosso senador na majoritária, precisamos retribuir aos partidos que estiverem contribuindo com ele.

Também não entendi a questão do patrulhamento, até porque nunca fomos patrulhados em nada. Em nenhum momento houve qualquer tipo de patrulhamento. Fui Líder do partido, deputado Sandro Régis, e apesar de o partido momentaneamente ter estado na base do governo, como também estive na Oposição e independente, e cada um sempre teve a liberdade de atuar como melhor lhe aprouvesse.

Na verdade, tenho de dizer que fizemos um acordo partidário com a presença da Executiva e de todos os deputados do partido. O documento está assinado pelo senador César Borges e pelo deputado José Rocha, presidente e secretário geral, respectivamente, e por todos os deputados do partido. Não assinei na hora, mas o fiz depois. Nesse acordo foi escolhido o deputado Pedro Alcântara, por justo merecimento, para ser o Líder da nossa Bancada; o deputado Sandro Régis ficou como Vice-Líder; e o deputado Gilberto Brito como coordenador da subcomissão que nos coubesse. A única coisa que caberia a mim, no acordo que fizemos, era ser membro integrante da Comissão de Finanças e Orçamento. O deputado Sandro Régis foi indicado para a Comissão de Educação. É um documento interno assinado pela Bancada estadual e pela Executiva.

Era esse esclarecimento que queria fazer.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Pedro Alcântara:- Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Getúlio Ubiratan):- Pela ordem, deputado Pedro Alcântara.

O Sr. Pedro Alcântara:- Sr. Presidente, fui citado no pronunciamento do deputado Elmar Nascimento, por isso pedi esta questão de ordem para evitar que esta Casa registre um erro histórico, porque o deputado não conhece a história do partido.

Com relação às alianças que o partido fez no passado, quero dizer, em primeiro lugar, que não éramos consultados. As convenções aconteciam e as atas eram feitas 3 dias depois; as coligações eram decididas posteriormente. Tanto que fomos preteridos na aliança, pois o PFL, na época, preferiu aliar-se ao PTB. Deixou o nosso partido sozinho, abandonou o PL, e assim sacrificou o mandato do deputado federal Eujácio Simões, que teve quase 100 mil votos, e do deputado estadual Angelo Coronel, um dos mais votados da Bahia.

Esse tipo de aliança que era feita. Friso, o PL foi relegado a segundo plano, porque a ata foi feita 3 dias após a convenção. Quando vimos, estávamos aliçados do processo. Quem quiser, basta consultar as atas e a história política baiana.

Na eleição passada houve a conveniência de fazer um chapão. Não foi decisão do PL, foi das cabeças coroadas da política. Não éramos ouvidos para nada! Como disse, nunca procurei nem nunca fui procurado em relação a cargos.

Deputado, procure saber a verdade, pois V.Ex^a parece que não conhece ou renega a história do partido.

Estou há 20 anos no partido, portanto conheço a sua história e posso contar o que acontecia nos momentos das alianças. Fomos preteridos – Eujácio Simões e Angelo Coronel estão vivos para comprovar o que digo – numa ata que foi até contestada depois. Mas não havia muito o que contestar, era aceitar e engolir calado. Escapei com o mandato, mas o único deputado federal que tínhamos no partido, Eujácio Simões, foi sacrificado. Ele está aí para contar essa história, como também o deputado Angelo Coronel pode confirmar daqui a pouco se é verdade ou não o que estou falando.

Digo isso para que não seja contada uma história diferente da verdadeira. Posso não conhecer a história da política baiana antes de vir para esta Casa, mas a conheço a partir da minha chegada, porque estou diariamente aqui. Não é 1 dia, são 20 anos! Não é pouca história, é uma grande parte da minha vida.

Acho que mereço respeito. Não estou aqui para contar uma história diferente! Quando digo que não aceito patrulhamento do meu mandato, é porque não aceito. Também não aceito fuxico, porque não vivo de telefonemas na calada da noite para ser pressionado no outro dia. Fui ontem a Recife por uma questão familiar, retornei hoje cedo. O senador César Borges tem me procurado para conversar. Iremos conversar.

Quanto à sua candidatura nesta Casa, V.Ex^a procurou afastar-me de amigos meus verdadeiros. E os resultados das urnas mostraram que eu tinha razão. Portanto, vamos acertar, porque só fui à tribuna porque a nota foi pública em relação ao nosso

comportamento dentro do partido. E o interlocutor do Partido nesta Casa deveria ser eu e não V.Ex^a. V.Ex^a foi quem usou o microfone desta Casa para cobrar, discutir. Foi V.Ex^a quem leu a nota aqui nos microfones desta Casa antes de eu subi a tribuna. Vamos repor a verdade e a história para que não se conte amanhã diferente.

Portanto, Sr. Presidente, agradeço a compreensão de V.Ex^a, há a necessidade do esclarecimento para que esta Casa não cometa erros históricos na Taquigrafia em por notas que não é a história do nosso Partido na Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Elmar Nascimento:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Getúlio Ubiratan):- Questão de ordem do Sr. Deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Em primeiro lugar, sinto-me na obrigação de pedir uma questão de ordem porque fui citado, para dizer que não procurei, e desafio o deputado Pedro Alcântara, que eu tenha procurado qualquer amigo seu para afastá-lo...

(O Sr. Deputado Pedro Alcântara se manifesta fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Getúlio Ubiratan):- Deputado Pedro Alcântara, por favor, deixe o deputado Elmar Nascimento concluir.

O Sr. Elmar Nascimento:- Segundo, em nenhum momento aqui fiz qualquer comentário nem a favor nem contra a uma nota que foi emitida que é da responsabilidade do presidente do Partido, do secretário geral do Partido, é uma nota pública que está em todos os *sites*, nem comentário fiz, apenas li a nota na íntegra sem desviar uma vírgula, uma palavra sequer, é uma nota que foi emitida a juízo e pela vontade própria da direção estadual do Partido na pessoa do senador César Borges e do deputado José Rocha.

Só quero dizer que se fizeram uma Ata no passado, eu não era do PL nessa época, e no passado era o chapão, quero dizer que é bastante extemporâneo, deputado, queixar-se depois de quase 10 anos de uma coligação que não foi feita no passado, teve todo o tempo do mundo para discordar do Partido e sair. Agora, o que me consta, até porque participei junto com V.Ex^a, V.Ex^a não foi obrigado a estar no palanque do governador Paulo Souto, não foi feito uma Ata para obrigar apoio as candidaturas, inclusive, V.Ex^a tem com o governador César Borges muito mais relação de amizade do que eu, até foi líder do Partido do senador César Borges.

Portanto, não tenho qualquer responsabilidade sobre nota que o Partido fez e que eu apenas li, não fui porta-voz, está publicada em todos os *sites*, foi encaminhada à imprensa pela assessoria do Partido. Declinei-me de fazer qualquer tipo de comentário sobre essa nota. Agora a questão partidária de que o Partido em determinado Estado se coliga com um ou com outro, essa liberdade foi dada pela Justiça Eleitoral.

Confesso a V.Ex^a, não tenho condições, eu pessoalmente, de apoiar o governo, porque não concordo. Se o meu Partido decidir nessa direção, mesmo sob risco, eu sairia do Partido. E devo dizer mais: não sou a favor do patrulhamento de ninguém, disse a V.Ex^a anteontem aqui que entendo os problemas locais da Base de V.Ex^a e de

outros deputados que tenham aportado que sou a favor, se isso tiver que ser votado, eu como membro da Executiva do Partido, que sejam liberados os deputados, acho que ninguém deve ser obrigado a fazer o que não quer, nem seguir o caminho que não quer.

O nosso Partido tem um caminho a seguir que está muito claro. Sou a favor, tranquilamente, de liberar a quem não concordar de sair. Não sou a favor de patrulhar, não sou a favor de perseguir, não sou a favor de nenhum tipo de ação, até porque entendo que o mandato, apesar de o Supremo Tribunal Federal ter decidido que é do Partido o povo vota é no nome, na pessoa, é em quem conhece. Acho que o mandato aqui pertence a cada um de nós, defendo que internamente no Partido, até porque se eu me sentisse numa situação de estar contra a orientação partidária, eu pediria para sair e pediria a compreensão dos companheiros, acho que ninguém é obrigado a ficar onde não se sente bem. Agora, o rumo do nosso Partido infelizmente, ou felizmente para uns, está tomado.

O Sr. Pedro Alcântara:- Sr. Presidente,...

O Sr. PRESIDENTE (Getúlio Ubiratan):- Deputados, vou pedir, em respeito ao tempo do nosso querido deputado José Nunes, para encerrarmos a questão.

O Sr. Pedro Alcântara:- Eu prometo...

O Sr. PRESIDENTE (Getúlio Ubiratan):- Precisamos concluir o Horário das Representações Partidárias com o tempo de 5 minutos, por favor.

Antes de conceder a palavra ao deputado José Nunes pelo tempo de 5 minutos e de seguirmos para o Horário das Lideranças Partidárias, quero convidar a nossa colega deputada Maria Luiza Laudano para assumir a Presidência da Mesa para dar um toque mais sereno de feminilidade na tarde de quarta-feira neste Plenário.

O Sr. Elmar Nascimento:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Getúlio Ubiratan):- Questão de ordem do deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, solicito uma verificação de quórum para continuidade da sessão.

O sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Getúlio Ubiratan):- Atendida a solicitação do deputado Elmar Nascimento. Questão de ordem do deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, neste momento, não consigo entender, num momento tão rico da política baiana, inclusive um momento, de certa forma, de felicidade, até porque não existe mais a movimentação denominada “Polícia Legal”, e a Oposição cujo papel principal na história desta Casa tem sido fazer o debate pede uma questão de ordem tentando derrubar esta sessão. Sei que se estabeleceu aqui uma polêmica entre membros de um mesmo partido, em que, confesso, se tivesse de julgar eu daria razão aos dois, até porque , infelizmente, a legislação eleitoral brasileira faz da soma do nada tudo e da soma do tudo nada. O Brasil é assim onde um presidente, muitas vezes, manda num partido inteiro, onde, às vezes, um partido inteiro não manda em um membro, onde se faz uma aliança nacional e não a obedecem em nível estadual e, em nível municipal, se complica bem mais, mas também há de se

compreender a sofisticação, eu diria, e a complexidade das operações que têm que ser feitas. Por exemplo, muito se falou aqui de adesismo, quando sabemos que em virtude, inclusive, da legislação eleitoral, o adesismo se tornou algo natural, inclusive fundamental para que os Executivos funcionem de forma a atender aquilo que é aspiração da população de um estado, de um município ou até de um país.

Então, eu entendo tudo isso que tem sido colocado. Eu sou daqueles, hoje em dia, por exemplo, que praticamente não trabalho muito avaliações futuras, até porque não tenho bola de cristal. Sem querer adentrar nesse debate, eu não sei com quem o deputado César Borges vai estar no processo eleitoral futuro. Não sei. Não sei se vai estar com o PMDB, não sei se vai estar com o DEM e não sei, inclusive, se não vai estar conosco. Não sei se não vai estar conosco, porque muda tanto o quadro político, principalmente na Bahia, que não sei se isso também não pode vir acontecer. Então, eu inclusive, aqui, quando fiz a proposta de ceder um tempo ao deputado Pedro Alcântara, também me disponho a negociar para que o deputado Elmar tenha um tempo também neste “palanque”, até porque o debate está sendo rico, e precisamos fazer este debate. Quero, inclusive, debater. E acredito que temos também um deputado aqui que, independente da divergência política que venhamos a ter, pelo qual temos o maior apreço, o maior respeito, ele é um deputado sério, comprometido e sempre que sobe à tribuna tem algo a colocar, que é o deputado Zé Nunes.

Queria fazer um apelo, neste momento, ao deputado Elmar Nascimento, para que ele retire essa questão de ordem. Caso ele não a retire, peço a V.Ex^a que zere o painel, marque os 15 minutos regimentais, acione as campanhas e convoque todos os parlamentares que se encontram fora do Plenário, no cafezinho, na biblioteca fazendo pesquisas, nos gabinetes para que se adentrem nesse recinto a fim de que possamos reconstituir o quórum e continuar o debate.

O Sr. Elmar Nascimento:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Getúlio Ubiratan):- Vou solicitar que se zere o painel, e, a partir de agora, vamos sair convocando os Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas....

O Sr. Elmar Nascimento:- Questão de ordem, Sr. Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Getúlio Ubiratan):- Questão de ordem do deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, diante de um pedido tão gentil e bem dentro do foco do deputado Paulo Rangel, não poderia me recusar a retirar a questão de ordem de verificação de quórum, o que faço neste instante.

O Sr. PRESIDENTE (Getúlio Ubiratan):- Obrigado, deputado Elmar Nascimento, obrigado também, deputado Paulo Rangel, pela maneira carinhosa com que fez a solicitação. Antes de concedermos o tempo ao nosso querido deputado José Nunes para completar o Horário das Representações Partidárias e entrar no das Lideranças Partidárias, quero convidar a nossa querida deputada Eliana Boaventura a dar esse toque tão necessário, já que a deputada Maria Luiza Laudano está com um parente doente e não vai poder continuar na sessão.

(A Sr^a Eliana Boaventura fala fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Getúlio Ubiratan):- Com a palavra o deputado José

Nunes pelo tempo de...

Deputado José Nunes, perdoe-me, mas esqueci-me de que o deputado Pedro Alcântara tinha solicitado uma questão de ordem.

Questão de ordem do deputado Pedro Alcântara.

O Sr. Pedro Alcântara:- É só para dizer a V.Ex^a, comunicar a V.Ex^a que, em respeito ao deputado José Nunes, abdicó da minha questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Getúlio Ubiratan):- Com a palavra o deputado José Nunes, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. JOSÉ NUNES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, assistimos, nesta tarde, ao discurso de vários deputados, que discorreram aqui sobre a política baiana.

É muito interessante ver os nobres deputados falando de política, e, olhando o passado, vejo que a coerência é o que menos importa nesta Casa no que se refere às políticas baiana e brasileira.

Vimos aqui o nobre deputado Arthur Maia falar sobre os motivos que levaram o rompimento de Geddel Vieira Lima com o governador. Isso, nobre deputado Heraldo Rocha, é o que menos importa a todos nós Democratas, até porque o Líder do PMDB nesta Casa afirmou, taxativamente, que não vai fazer parte da Oposição, não vai se juntar ao Democratas para fazer oposição ao Governo, e sim fazer uma oposição independente, o que acho natural, normal, já que o PMDB tem candidato próprio, cujo nome já foi lançado, ao governo do Estado.

Vamos continuar também, certamente, com o nosso candidato ao governo do Estado, que é o Dr. Paulo Souto, que, na minha análise, ganhou com essa situação toda, até porque foi dito pelo deputado Pedro Alcântara que houve uma divisão, na qual há o governo e o contraponto. Ele não usou essas palavras, mas com outras palavras, deixou claro que há um terceiro candidato, que, certamente, não vai somar muito.

Mas quero dizer-lhe, nobre deputado Pedro Alcântara, que a fidelidade partidária deveria ser bastante respeitada por todos os partidos, até porque não é admissível que um mesmo partido tenha seis deputados, com três ou quatro ligados ao governo e dois ou três ligados à Oposição.

Veja bem: na nossa análise, no momento que os deputados estão coligados com o governo...

O Sr. Pedro Alcântara:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. JOSÉ NUNES:- Está inscrito, deputado Pedro Alcântara.

(...) à base do governo, percebe-se que ele terá as benesses governamentais e, portanto, conseguiu fortalecimento. Dessa forma, eu acho que não é admissível fazer uma coligação, nobre deputado Elmar Nascimento, porque aqueles que ficam nela sem as mesmas benesses estariam certamente prejudicados. Não entendo também que um partido político tenha um presidente - que, por acaso, é o senador César Borges - e ele não possa direcionar, como tal, qual o partido, o governo que vai apoiar. Penso que o partido deveria seguir a orientação do presidente e certamente de todos aqueles que o compõem.

Vi ontem estarecido, no restaurante, dois deputados do PDT dizendo que iriam seguir uma direção contrária à do presidente da legenda, mas se reuniriam e permitiriam que ele tomasse uma outra direção. Acho isso, no mínimo, um samba do crioulo doido! É uma situação esdrúxula que não tem mais lugar na política brasileira. Como é que o presidente dum partido é convidado a uma reunião para dizerem “Nós vamos permitir que V.Exa. saia da nossa base para apoiar outro candidato”?

Então os partidos passam a não ter valor. O que adianta, como colocou o deputado Elmar Nascimento, o partido dizer que controla o deputado porque o mandato pertence ao partido e, portanto, quem manda no partido é o partido, e não o deputado? E aí fico a perguntar: “Como é que o partido tem esse valor todo que o deputado Elmar diz se o seu presidente é convidado a uma reunião simplesmente para que os deputados digam “Nós vamos liberar V.Exa. para apoiar o candidato a, b ou c”? Então isso desmoraliza os partidos, e na nossa avaliação é preciso que acabem todos eles, embora o Supremo Tribunal Federal diga que o mandato pertence ao partido, pois o que estou vendo é que aqui na Bahia, nobre deputado Paulo Rangel, os partidos não estão valendo nada.

Era isso que tinha a dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Pulo Rangel):- Concedo a palavra ao Líder do governo e da Maioria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PTdoB/PSL/PTB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. Isaac Cunha:- Sr. Presidente, falarão os deputados Pedro Alcântara e Elmar Nascimento, por 4 minutos cada.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Com a palavra o deputado Pedro Alcântara por 4 minutos.

O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa e aqueles que nos honram com suas presenças, acho que o debate nesta tarde foi muito importante. Eu venho, desde que reassumi o mandato nesta Casa, clamando e cobrando a reforma política, deputado João Carlos Bacelar, e os deputados federais não tiveram coragem de fazê-la porque não é do interesse deles. Uma das cláusulas seria a do voto distrital, e há muitas cabeças coroadas na política da Bahia que não se elegem com o voto distrital porque usam ou o partido ou a máquina estatal para se elegerem. Eles não têm coragem de adotar esse tipo de voto porque não têm condições de se eleger por um distrito deste Estado.

Venho cobrando daqui desta tribuna também a reforma tributária, Sr. Presidente. E discursou muito bem o deputado José Nunes. Agora somos questionados nós outros aqui, não temos direito de opinar em nada. Dorme-se com um presidente de partido e acorda-se com outro. O presidente do partido faz toda a Comissão Provisória estadual.

Sou a favor tanto da fidelidade partidária que vou fazer 20 anos no mesmo partido, não tem prova maior que isso; são vinte anos, não é pouco tempo. Agora,

essa mistura, essa salada que não se sabe o resultado, quantas frutas tem nessa salada?

Então, é isso que venho defendendo há muito tempo, deputado Paulo Rangel. Sei que V.Ex^a tem um distrito, e pode sair candidato a deputado estadual a qualquer hora, que é o distrito de Paulo Afonso, embora com ramificações na minha região, mas é verdade.

Então, precisamos, deputado, de uma reforma política que coloque seu cada qual no seu cada qual. Estou muito confortável no meu partido, porque as raízes mais profundas do PR na Bahia são as minhas. Quero disputar a eleição no meu partido. Em todas as eleições que disputei não fui deputado legendário, fui disputar em partidos que precisavam de votações expressivas, e tantas quantas vezes fui candidato eu tive. Agora, o voto não levei da capital para o interior e nem por cargos que ocupei em governo nenhum. Eu trouxe o voto do interior para a capital, do meu trabalho como médico, da minha permanência, da minha representatividade, foi assim que construí a minha vida política de seis mandatos. Foi assim enfrentando desafios todos os dias da minha vida.

Estou muito confortável no meu partido, vou discutir questões e colocar minhas ideias dentro dele, como sempre fiz na tribuna desta Casa.

Talvez tenha sido um dos deputados que mais usou esta tribuna, à exceção do deputado Álvaro Gomes que é algo fora de série, mas sempre estou aqui prestando contas do meu trabalho, das minhas posições políticas, claras; a minha missão nesta Casa é ser porta-voz de uma região, o meu discurso distrital, a defesa do meu querido São Francisco. Ainda há um débito muito grande dos governos federais e estaduais com a minha região, não é pouco, é muito grande; débito de governos ao longo do tempo. Esses discursos que ouço aqui de Governo e de Oposição, já os ouvi de ambos os lados, Sr. Presidente.

Portanto, estou muito confortável, deputado Elmar, no partido que ajudei a construir na Bahia e no qual vou fazer vinte anos, com raízes profundas dentro dele. Posso até ser tese vencida, mas volto a dizer, meu caro deputado Zé Nunes, que não compreendo, se falar em fidelidade partidária, vou seguir a orientação nacional ou estadual? Quem está na contramão? Se é em nível nacional, o presidente do meu partido, que também é seu fundador, diz “olha, o caminho é por aqui”...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Para concluir.

O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:- Para concluir. E amanhã, com todo o respeito e carinho, sou amigo pessoal, abraçarei a candidatura do senador César Borges, já coloquei isso na minha terra e para o governo, a sua candidatura a reeleição de senador, porque acho que é um dos senadores mais competentes do Brasil e da Bahia; tem inúmeros predicados e merece o meu voto e os votos da minha família; merece o meu trabalho político.

Agora, também estou liberado para tomar o caminho que quero, vou seguir com a liderança. Qual o caminho? O que é fidelidade partidária? É seguir a executiva nacional ou seguir a executiva estadual? Aí, eu me pergunto, estou no meu direito...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Para concluir.

O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:- Concluindo, Sr. Presidente, todos estão à vontade para seguir o rumo que achar conveniente. Qual é a política correta, esta ou aquela? Então, temos dois caminhos, duas vertentes para seguir. Eu já tenho a minha, a declarei no retorno a esta Casa, fui muito claro.

Muito obrigado pela tolerância, muito obrigado, Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Antes de passar a palavra ao deputado Elmar, devo dizer que o deputado que mais usou a tribuna nesta Casa foi o deputado Marcelo Nilo. O deputado Pedro Alcântara deve estar também entre aqueles que mais usaram a tribuna. E soubemos também do deputado Álvaro Gomes, não precisa nem discussão para ele votar em Marcelo Nilo para a presidência, para que o mesmo também não use a tribuna e ele bata esse recorde rapidamente, porque vai ser bem rápido.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Com a palavra o deputado Elmar Nascimento pelo tempo de 4 minutos.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Caro deputado Paulo Rangel, que preside esta sessão, Líder do Partido dos Trabalhadores, grande deputado, quero iniciar meu pronunciamento agradecendo a V.Ex^a a gentileza de poder falar no horário do seu partido, é uma honra ser indicado por V.Ex^a.

Quero dizer que não há como discordar de que a omissão dos Srs. Parlamentares do Congresso Nacional, senadores e deputados federais, vai levar em todos os Estados da Federação a alguns tipos de situação para as quais nós temos a obrigação, sobretudo nós, que fazemos parte do Parlamento, de buscar até o último instante o entendimento.

A falta da construção de uma legislação fez com que o Judiciário, como vem acontecendo ao longo do tempo, usurpasse o poder do Congresso Nacional e passasse a legislar, determinando que o mandato, a partir de então, pertença ao partido, e não aos parlamentares, e até porque ele mesmo previa de forma diferente no passado, anistiando aqueles parlamentares que ao longo da ausência desse julgamento que determinou, digamos assim, a propriedade do mandato ao partido que não tivesse qualquer tipo de punição. É claro que as situações se modificaram!

É por isso que eu defendo dentro do nosso partido, como poderia ter previsto a Câmara Federal, como poderia ter previsto o Senado Federal, um período que costumávamos chamar de “janela”, em que fosse dado ao parlamentar o direito de escolher, porque você tem agora uma prisão. Os parlamentares eleitos estão obrigados a permanecer no partido até o final da vida, e os suplentes ou os que perderam a eleição estão livres para se filiar a que partido quiserem, e está acontecendo um fenômeno a prejudicar quem tem mandato: sai todo mundo do partido, quem não tem mandato, ficam os deputados, que têm mandato, e são obrigados a concorrer entre si. Isso é uma transição que está a prejudicar todos os partidos.

Portanto, eu não sou dono de mandato de ninguém nem ninguém é dono do

meu mandato, por isso vou defender dentro do meu partido. Todos sabem de forma muito clara a minha posição, que felizmente, ao que parece, é a mesma posição do Diretório Regional do partido no sentido de se decidir por um projeto... Eu defendo, por exemplo, que não haja duas candidaturas de oposição, que a gente possa trazer uma grande aliança que envolva do Democratas, do governador Paulo Souto, ao PMDB, do ministro Geddel Vieira Lima. Mas isso pode não ser possível, e se não for, que o nosso partido decida entre uma das duas perspectivas que se apresentam para essa eleição.

Sou a favor de que aqueles que não entendam que estejam à vontade dentro dessa conjuntura e que prefira defender o projeto do governador Wagner, que estejam liberados para tomar a decisão, como o PSDB fez com o deputado Marcelo Nilo há pouco, e ninguém deve ser obrigado a ter qualquer tipo de participação contra sua vontade política, contra o seu entendimento, contra as pessoas que o representam. Por isso, dentro do meu partido, eu vou defender essa tese.

Se porventura, como disse o deputado Paulo Rangel, e é isso que me tem assegurado, o senador César Borges, que estará no caminho da oposição, mudasse de perspectiva no sentido de se aliar ao PT, eu, com todo respeito, com toda amizade que tenho ao senador César Borges, pediria vênias a ele para, da mesma forma como fez o deputado Marcelo Nilo, me desligar do partido, e com ele não concordar se entrasse nas fileiras do partido que não fosse marchar com as minhas convicções.

Mas é um debate salutar, um debate importante que vai permear, infelizmente...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Para concluir, Excelência.

O Sr. ELMAR NAASCIMENTO:- Para concluir.

(...) infelizmente a Justiça Eleitoral nos traz a um cenário de insegurança que poderá, estando fora do nosso alcance, prejudicar a um ou a outro.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Com a palavra o Líder do governo ou da Maioria, ou o Líder do Bloco Parlamentar PP-PMDB-PRTB, para falar ou indicar orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Isaac Cunha:- Falará, Sr. Presidente, pelo tempo de 9 minutos o deputado Yulo Oiticica.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Com a palavra, pelo tempo de 9 minutos, o deputado Yulo Oiticica.

O Sr. YULO OITICICA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, sinto-me no dever de demonstrar a minha admiração pelo deputado Pedro Alcântara.

Estou no terceiro mandato nesta Casa, nos dois primeiros, durante 8 oito anos, portanto, fomos de Bancadas distintas, eu da Oposição e V.Ex^a, deputado Pedro, do governo. Tenho de testemunhar que o senhor não é somente um parlamentar brilhante, é também um homem de extrema coerência. Essas características marcam a sua vida política e não estariam ausentes neste momento, até porque, não tenho dúvida, estão perpetuadas na sua prática. E agora V.Ex^a está coerente com a direção nacional do seu partido; não há incoerência alguma.

Só não quero que o chamem mais de soldado, porque, se é soldado, eu não sei como é que eu vou me classificar na política. V.Ex^a, deputado Pedro, é um grande general, um grande comandante.

Por outro lado, Sr. Presidente, quero dizer que os deputados da Oposição, deputado Isaac, talvez por não terem o que fazer, estão fechados nesta Casa, nos seus gabinetes, por isso estão distantes da realidade da Bahia.

Nesse sentido, deputado Paulo Rangel, quero mais uma vez parabenizar o governador Jaques Wagner. Estou chegando de Itaju do Colônia, mais uma das pequenas cidades baianas onde há um grande contingente de comunidades quilombolas e indígenas. Esse município, mesmo já existindo lá o Programa da Agricultura Familiar, que é do governo federal, recebeu o PAA, que é exatamente a possibilidade de os governos federal e estadual comprarem produtos oriundos da agricultura familiar. Esse PAA existe desde 2003, mas não chegava a cidades pequenas como essa.

Graças ao governador Jaques Wagner, hoje eu pude testemunhar, no primeiro momento, um pouco mais de trinta agricultores familiares venderem os seus produtos. Foi a primeira compra feita naquela cidade. E vai chegar à meta de 100 produtores da agricultura familiar. Vale lembrar que quase 91% dessas compras serão exatamente para creches e escolas comunitárias, municipais e estaduais. Essa é mais uma demonstração, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, de um governo que sabe a que veio. Não veio apenas com a perspectiva do pagamento das dívidas sociais, mas, sobretudo, para mudar a forma de fazer política.

Exatamente por isso que na última manifestação dos policiais militares a arma do governo foi, mais uma vez, o diálogo. Antes, era o chicote, a truculência, a barbárie, a ausência do diálogo. Era sempre o velho método do dinheiro numa mão e do chicote na outra. Enfim, era o excesso de malvadeza.

Agora é diferente, deputado Paulo Rangel. V.Ex^a, como Líder da nossa Bancada nesta Casa, acompanhou de perto essas negociações e sabe o que estou dizendo. O movimento dos policiais recebeu do governo do Estado o instrumento fundamental da democracia: o diálogo. Mais uma vez o governador Jaques Wagner dá uma demonstração da Polícia que queremos, ou seja, que tem comando, hierarquia e lei, que tem caracterizada a sua autonomia exatamente quando tem um comandante geral cumprido o seu papel.

O comandante Nilton Mascarenhas assumiu o comando das negociações em nome do governador e o fez travando o bom debate, ouvindo as reivindicações. Enfim, não com o chicote, mas com o bom diálogo. E esse diálogo, além de fortalecer ainda mais a relação do governador do Estado com a nossa Polícia, levou à possibilidade imediata da aquisição de 3.600 novos coletes à prova de balas e de 983 viaturas novas, entre carros e motos, numa ação que tem a parceria do governo federal, através do Pronasci.

Pela primeira vez este País, deputado Isaac, pensa a segurança pública como política de Estado, está aí talvez a diferença do governo Wagner para outros governos da Bahia, e alguns deputados, naturalmente, não estão acostumados com essa cultura,

não compreendem a democracia e ficam atordoados. Eu confesso que não dá para sentir raiva dos meus adversários, ao contrário, nesse debate tenho pena de todos eles.

Se quisermos ver uma novela semelhante, é só olhar um pouquinho para trás. Havia deputado que vinha a esta tribuna para dizer que o Presidente Lula era analfabeto, que ia provocar um grande desastre no Brasil. Alguns deputados mudaram consideravelmente de opinião, até por outros motivos, mas que não cabe aqui neste momento entrar em detalhes. Diziam que era o homem que ia entrar para a história como o Presidente mais corrupto do Brasil. Hoje, todos eles têm que prostrar-se diante da competência administrativa do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, até porque o grande intelectual, o tal sociólogo que por um desastre assumiu a Presidência da República, para ganhar o segundo mandato, o Sr. Fernando Henrique, de triste memória política, foi com o pires na mão, deputado Isaac, falar com o sub do sub do sub dos Estados Unidos, para trazer emprestados 52 milhões de dólares.

Hoje, o Brasil é o terceiro maior credor do governo norte americano, com mais de 200 bilhões de dólares. É por isso que o todo poderoso do mundo, belicamente, politicamente e economicamente falando, que é o Presidente dos Estados Unidos, diz que Lula é o cara e faz questão de ser fotografado ao lado dele, dizendo que admira Lula não pelo seu belo olhar, mas por sua capacidade administrativa, visão de gestão e compreensão de como se administra um país não cegamente olhando para a economia, mas compreende que a economia tem que estar a serviço da vida, a serviço das pessoas, e implementar política de estado é, sem dúvida, o que o Presidente Lula está demonstrando que é possível nesse país: manter a respeitabilidade internacional, sustentar uma economia que dá, agora, demonstração para o mundo que o Brasil foi o último país a entrar na crise e vai ser o primeiro a sair dela, porque já está entre os três que deram sinais positivos de recuperação na economia.

É essa a Bahia que estamos iniciando. Nós ouvíamos desta tribuna, no primeiro ano e no segundo do Presidente Lula: “Cadê as BRs, cadê, BRs, cadê as BRs?” Agora, ninguém mais fala das BRs, porque estão sendo recuperadas e já foram quase todas. A mesma coisa agora no governo Wagner, já querem tudo feito. Deputado Paulo Rangel, estivemos com o presidente Lula recentemente no 51º Encontro da UNE, e olhem o que ele disse, falando dos problemas sociais: “Estive recentemente com Fidel e perguntei – Fidel, por que não resolveu isso? Fidel, por que não resolveu aquilo?” E Fidel olhou para Lula e disse: “Presidente Lula, é uma questão de tempo”.

Então, deputado Paulo Rangel, se Fidel que está há muitos anos no Poder disse que era uma questão de tempo resolver determinados problemas, imagine o Presidente Lula que está há 6 anos e meio; imagine o governador Wagner que está no comando da Bahia há 2 anos e meio.

Portanto, quero dizer aos deputados de oposição que, para tristeza deles, deputado Paulo Rangel, não tenho dúvida do sucesso do governo Wagner e que se dará com a reeleição. E mais ainda: paira sobre nós um alívio, nesse momento, que só quem está vivendo esse alívio no governo sabe o que é nesse momento de recomposição, compor o time mais forte para acelerar mais e avançar cada vez mais a Bahia, numa perspectiva do progresso e do pagamento da dívida social, herdada pelo

governador Wagner.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Com a palavra o nobre Líder do PMDB para falar ou indicar orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Isaac Cunha:- Não há orador, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Não há orador.

Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou dos Democratas, para falar ou indicar orador pelo tempo de 9 minutos (pausa). Quero convidar aqui o deputado Yulo para assumir a presidência.

Com a palavra o nobre Líder do governo...

O Sr. Misael Neto:- Sr. Presidente, há orador, sim, no tempo do Democratas, o deputado Paulo Azi.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Pelo tempo de 9 minutos o deputado Paulo Azi.

O Sr. PAULO AZI:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, tenho acompanhado quase que diariamente o noticiário oficial dando conta das viagens de S. Ex^a, o governador Jaques Wagner a diversos municípios do interior da Bahia. Infelizmente, são viagens, Sr. Presidente, que praticamente não levam benefício algum àquelas populações.

O governador, deputado Yulo Oiticica, parece que sabendo que não tem hoje condições de reunir as pessoas em praças públicas, escolhe sempre, -procure observar V.Ex^a-, o dia em que o município esteja realizando a festa da sua padroeira ou comemorando a sua emancipação política para fazer essas visitas.

O que me surpreende, Sr^{as} e Srs. Deputados, é que a comunicação oficial do governo, parece que não tem vergonha, parece que não se sente constrangida ao anunciar quais as realizações que o governador entrega ao chegar nesses municípios. Procurem, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, observar que em 90% delas o governador inaugura poços artesianos. O governador vai aos municípios com todo seu *staff*, aviões, helicópteros, assessorias, para inaugurar, Sr^{as} e Srs. Deputados, poços artesianos. Quando não são poços artesianos, são recuperações de quadras de esportes, ou reinaugurar obras que foram feitas pelo ex-governador Paulo Souto.

Na semana passada, estive no município de Rafael Jambeiro, deputado Rogério Andrade, e lá inaugurou, já pela segunda vez, casas populares que foram construídas na gestão do ex-governador Paulo Souto...

O Sr. Paulo Rangel:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. PAULO AZI:- Vou conceder o aparte a V.Ex^a.

(...) pela segunda vez, deputado Rogério, porque ele já havia ido a esse município, como não tinha nada a mostrar ou a entregar, inaugurou as casas. E agora de novo retorna ao município e reinaugura casas populares que foram construídas na gestão do ex-governador Paulo Souto.

Esse é o quadro que todos nós estamos a observar, o governo faz um esforço

sobre-humano, gasta recursos públicos com uma propaganda oficial, pouco verdadeira, uma propaganda oficial que em muitos casos divulga obras e ações que serão ainda realizadas pelo governo federal como se fossem ação do governo do Estado.

Eu ouvirei V.Ex^a, deputado Rogério.

O Sr. Rogério Andrade:- Nobre deputado Paulo Azi, V.Ex^a está de parabéns pelo pronunciamento que profere hoje à tarde.

Só para complementar, hoje pela manhã, ao vir à Assembleia Legislativa, eu ouvia a *Rádio Metrópole*, e um ouvinte ligava do município de Jacobina para protestar – vejam que absurdo –, dizendo que o governador hoje estaria no município de Jaguarari, município baiano, e foram buscar em Jacobina os computadores de um Infocentro para levar a Jaguarari, para que o governador pudesse inaugurar um Infocentro em Jaguarari, povoado de Laje do Batata, lá em Jacobina.

Então, é um absurdo usar recurso público, para colocar, por exemplo, propaganda na televisão de reforma de ginásio de esportes. Com certeza o custo é muito maior do que a reforma do ginásio de esporte, como estão, a todo momento, anunciando essas ações todas.

Lembro-me muito bem de que inúmeros investimentos foram feitos no governo passado no município de Santo Antônio, deputado-presidente Yulo. Nós inauguramos dezenas de obras na zona rural, todas elas com orçamento superior a R\$ 200 mil, nenhuma dessas foi inaugurada pelo governo passado, porque havia obras mais importantes para serem entregues e serem inauguradas.

Mas queria deixar este registro aqui e dizer que V.Ex^a está de parabéns. Tenho certeza de que a percepção de V.Ex^a é a percepção de todo povo da Bahia, que vê, nessa atitude do governador Wagner, uma atitude de desespero, uma tentativa desesperada de tentar reverter sua situação política, que realmente é muito grave em toda Bahia.

O Sr. PAULO AZI:- Incorporo o aparte de V.Ex^a, deputado Rogério. Efetivamente é isso que ocorre.

Praticamente quando se vai verificar o motivo das viagens do governador, ver-se-á que não chega realização nenhuma à população do nosso Estado.

Eu ouvirei o deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Agradeço o aparte de V.Ex^a, deputado, e o meu aparte será feito de forma bastante rápida, até porque respeito muito V.Ex^a, um homem que sempre usou a tribuna de boa fé, muito embora fazendo algumas críticas ao governo, e falando, como sempre, a verdade.

Neste momento, eu diria inclusive que V.Ex^a não está enganado, alguma fonte informou a V.Ex^a com maldade, induzindo-o a erro.

Eu estive com o governador em Rafael Jambeiro, e não houve inauguração nenhuma de casas populares. As inaugurações que lá aconteceram foram de um Centro de Saúde da Família, de um Centro Digital de Cidadania e de uma obra do Programa Luz para Todos.

Então, V.Ex^a, neste momento, sei que comete um engano, porque a informação

que chegou até V.Ex^a não foi uma informação verdadeira.

Agradeço o aparte.

O Sr. PAULO AZI:- Agradeço ao deputado Paulo Rangel. Fico até feliz em saber que ele esteve presente às solenidades. Mas isso, deputado Paulo Rangel, foi o que foi dito à população daquele município, que o governador estaria naquele município, e uma das ações que ele estaria entregando à população seriam as casas populares, construídas pelo ex-governador Paulo Souto.

Portanto, é lamentável, é triste e, principalmente, deplorável ver o governo do Estado utilizando os recursos públicos para fazer uma propaganda oficial, que não tem vinculação com a verdade, com aquilo que ocorre na Bahia, especialmente nos municípios do Interior.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Com a palavra nobre Líder do governo e da Maioria ou do PT para falar, ou indicar o orador, pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Isaac Cunha:- S. Ex^a, nosso Líder, o deputado Paulo Rangel, falará pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Com a palavra o deputado Paulo Rangel, pelo tempo de até 9 minutos.

O Sr. PAULO RANGEL:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, companheiros da imprensa, companheiros que ocupam as Galerias Deputado Paulo Jackson, como não podia deixar de ser, na condição de Líder do Partido dos Trabalhadores nesta Casa, portanto, Líder do partido do governador e membro de um partido que teve lideranças com grande responsabilidade por movimentações de natureza político-reivindicatória, subo à tribuna para parabenizar o governador Jaques Wagner e sua equipe de governo, de forma específica o comandante da Polícia Militar e todo o seu *staff*, e também a Polícia Militar, que procedeu a uma movimentação que, até porque sou uma pessoa ligada ao movimento sindical, vi com bastante naturalidade, embora com muito temor.

Ainda ontem, dizia que entendia as movimentações da Polícia Militar como algo não legal, porém em algumas circunstâncias legítimas. No entanto, assistimos aqui a uma movimentação intitulada Polícia Legal, que poderia culminar com uma greve que, com certeza, traria graves consequências à vida da população baiana. Mas, ainda ontem, de forma negociada, bem processada, os policiais militares e o governo do Estado chegaram a um acordo, pondo fim a essa movimentação e tranquilizando o povo da Bahia com relação a esse movimento, que encaro como legítimo, porém, um movimento que, de certa forma, deve ser desenvolvido e visto de forma bastante cuidadosa.

Mas chegamos ao fim! E chegamos ao fim não só pela habilidade daqueles que procederam ao processo negocial mas também porque sabemos que a Polícia Militar da Bahia é tratada, hoje, de forma diferenciada. Vejamos bem: antigamente, o vencimento básico de um soldado da Polícia Militar, deputado Isaac, era menor do

que um salário mínimo; hoje, nenhum policial recebe menos do que um salário mínimo. O tíquete- -alimentação era de apenas R\$ 5,00; hoje, é de R\$ 9,00 e estendido a toda a corporação, algo que não era feito anteriormente.

A carreira policial tinha pouca perspectiva tanto para os praças quanto para os oficiais, e o soldado permanecia no mesmo posto por até 25 anos.

Hoje a carreira de praças foi reestruturada, com ampliação do número de graduação e, entre as inovações, o resgate das graduações de cabo e de sub-tenente.

Foram adquiridas por este governo 515 novas viaturas, e sabemos como encontrou-se a frota da Polícia Militar quando o governador Jaques Wagner assumiu o nosso governo. A frota estava totalmente sem funcionar, jogada nos pátios, e a Polícia Militar praticamente impedida de se dirigir em diligências importantes e fundamentais.

O nosso governo já incorporou 3.200 policiais, ou seja, 3.200 policiais concursados foram contratados e mais 3.200, deputado Yulo, estão fazendo treinamento e em breve serão policiais militares.

Portanto, eu fico muito satisfeito de estar nesta tribuna podendo fazer este discurso para lhes dizer que, nunca na história da Bahia, uma movimentação de polícia, uma movimentação reivindicatória chegou a bom termo tão rapidamente, sem que as consequências fossem mais sérias. E sabíamos o que poderia acontecer no Estado da Bahia.

Presenciamos o medo da sociedade por vários momentos, mas pode estar tranquilizada pela responsabilidade com que o processo de negociação foi conduzido.

Isso mostra a eficiência do nosso governo, isso mostra o caráter democrático deste governo, isso mostra a forma tranquila como as movimentações sociais são encaradas, mesmo movimentação de polícia em nosso Estado não é vista apenas como caso de polícia. É vista como uma movimentação social e assim deve ser tratada, e todas as reivindicações ligadas ao aparelhamento da Polícia Militar foram atendidas, inclusive culminando com a entrega de 3.600 coletes à prova de balas ainda no dia de ontem, e a negociação salarial - também corporação confia neste governo - está em fase de estudos e vai ser iniciada ainda nesta sexta-feira.

Quero, mais uma vez, dar parabéns a todos os líderes que trabalharam nesse processo para que chegássemos a esse final. Quero parabenizar também o comandante, mais uma vez, da Polícia Militar e, sobretudo, o nosso governador Jaques Wagner.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Isaac Cunha:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Questão de ordem, deputado Isaac.

O Sr. Isaac Cunha:- Não tendo mais expediente hoje, gostaria de pedir verificação de quórum para dar continuidade à sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- V.Exª será atendido.

Temos presentes 8 Srs. Deputados. São eles Paulo Azi, Elmar Nascimento,

Júnior Magalhães, Misael Neto e Rogério Andrade, brilhantes, atuantes e combativos parlamentares da Bancada da Oposição, Isaac Cunha, Paulo Rangel, Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores, e eu, Yulo Oiticica, que estou presidindo esta sessão. Portanto, declaro-a encerrada em virtude da falta de quórum.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/sessoes.cfm>. Acesse ao caminho **Atividades Parlamentares - Sessões Plenárias** e leia-as na íntegra.*